

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA
MINISTRO EDSON VIDIGAL



RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2004/2006

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRESIDÊNCIA

MINISTRO EDSON VIDIGAL



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

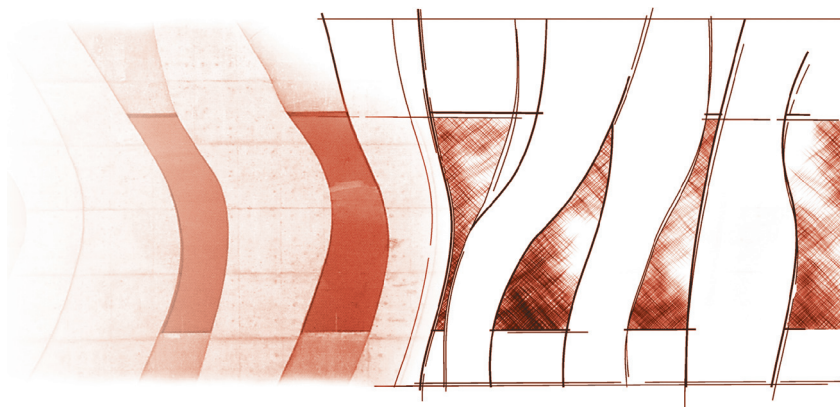
2004/2006

2004/2006

Brasil. Superior Tribunal de Justiça (STJ).
Relatório de atividades 2004/2006 / Superior Tribunal de
Justiça, Presidência. -- Brasília : STJ, 2006.
140 p. : il.

1. Relatório. 2. Tribunal Superior, relatório, Brasil. 3.
Tribunal Superior, atividades, Brasil. 4. Tribunal Superior, Bra-
sil. I. Título.

CDU 347.992(81)(047)



Galeria dos Ministros





**Ministro
Edson Carvalho Vidigal
Presidente**



**Ministro
Sálvio de Figueiredo Teixeira
Vice-Presidente**



**Ministro
Antônio de Pádua Ribeiro**



**Ministro
Nilson Vital Naves**



Ministro
Raphael de Barros Monteiro Filho
Diretor da Revista



Ministro
Francisco Peçanha Martins



Ministro
Humberto Gomes de Barros



Ministro
Francisco Cesar Asfor Rocha



**Ministro
Ari Pargendler**



**Ministro
José Augusto Delgado**



**Ministro
José Arnaldo da Fonseca**



**Ministro
Fernando Gonçalves**



Ministro
Carlos Alberto Menezes Direito



Ministro
Felix Fischer



Ministro
Aldir Guimarães Passarinho Junior



Ministro
Gilson Langaro Dipp



**Ministro
Hamilton Carvalho**



**Ministro
Jorge Tadeo Flaquer Scartezzini**



**Ministra
Eliana Calmon Alves**



**Ministro
Paulo Benjamin Fragoso Gallotti**



Ministro
Francisco Cândido de Melo Falcão Neto



Ministro
Domingos Franciulli Netto



Ministra
Fátima Nancy Andrighi



Ministro
Sebastião de Oliveira Castro Filho



Ministra
Laurita Hilário Vaz



Ministro
Paulo Geraldo de Oliveira Medina



Ministro
Luiz Fux



Ministro
João Otávio de Noronha



Ministro
Teori Albino Zavascki



Ministro
José de Castro Meira



Ministra
Denise Martins Arruda



Ministro
Hélio Quaglia Barbosa



Ministro
Arnaldo Esteves Lima

Nota

Ministros que se aposentaram durante a gestão do ministro presidente Edson Vidigal

- ministro Domingos Franciulli Netto, em 15 de novembro de 2005
- ministro José Arnaldo da Fonseca, em 27 de novembro de 2005
- ministro vice-presidente Sálvio de Figueiredo Teixeira, em 31 de janeiro de 2006



Índice

Principais Realizações

Atividade Judicante	11
Recorde de julgamentos no biênio 2004-2005.....	11
Mais velocidade na tramitação de processos.....	12
Dois turnos de trabalho e três distribuições diárias.....	12
Estoque zero na distribuição de processos	13
Mutirões da Corte Especial	14
Nova estrutura da Secretaria Judiciária	15
Melhoria da distribuição, autuação e classificação	15
Catálogo de Questões Jurídicas	17
Decisões e Julgados on-line.....	18
Decisões monocráticas on-line.....	18
Versão mais acessível de acórdãos e decisões do STJ.....	20
Mais informações jurídicas do STJ para o Poder Judiciário	21
Melhor estrutura nos Gabinetes dos Ministros	22
Decisões do STJ que mais interessaram ao cidadão	23
Direito de Família.....	24
Direito Penal	25
Direito do Consumidor	26
Direito Público	27
Direito do Trabalho.....	28
Direito Tributário	29
Direito Previdenciário	29
Direito Civil.....	29
Ações Relevantes	31
Melhor atendimento aos advogados.....	31
Nova Seção de Apoio aos Advogados.....	31
Guia do Advogado	32
Rede de informação jurídica digital - Consórcio BDJur	34

Ouvir com atenção os funcionários	35
Fale com o Presidente, escreva para o Presidente	36
Ouvidoria-Geral, linha direta com o cidadão.....	36
Reivindicação antiga, enfim atendida.....	38
Previdência Complementar	38
Obras de reforma e adaptação	40
Banco de Horas.....	41
Certificado de qualidade nos serviços do STJ	41
Comunicação Social eficaz e integrada	42
Recursos Humanos	45
Referencial de Excelência, Educação Corporativa	45
Mais horas de treinamento para os servidores.....	46
Bolsas de Pós-Graduação	47
Nova administração, mudanças estruturais	47
Posse de novos servidores concursados	48
Nova tabela de lotação de cargos.....	49
Plano de carreira do Poder Judiciário.....	49
Novas regras para promoção nas carreiras.....	50
Mudanças na avaliação dos servidores.....	50
Seleções Internas, melhores oportunidades para o servidor	51
Política de Gestão de Pessoas.....	53
Mais informações para os servidores.....	53
Gestão por Competências	54
Apoio a estudantes do sistema de cotas para negros	55
Estágio Estudantil	55
Pesquisa de Clima Organizacional.....	56
Pesquisa de satisfação dos clientes de Recursos Humanos.....	56
Comprometimento social do STJ.....	57
Estágio Não-Remunerado.....	57
Inclusão Digital	59
Voluntariado.....	59
STJ Ambiental.....	60
Escolarização Supletiva	61
Qualidade de Vida	63

Modernização Tecnológica	65
Nova rede de comunicação de dados	65
Novo Portal	65
Diário de Justiça on line.....	65
Chancela Eletrônica	66
Automação das Sessões de Julgamento	67
Intimação on line.....	67
Cadastro Eletrônico de Advogados.....	68
Sessões de Julgamento pela intranet.....	68
Gerenciamento Eletrônico de Documentos	68
Segurança da Informação e das Comunicações.....	69
Integração com outros órgãos do Poder Judiciário	70
Distribuição remota	70
Certidão de andamento processual on-line	71
Projeto Certificação Digital.....	71

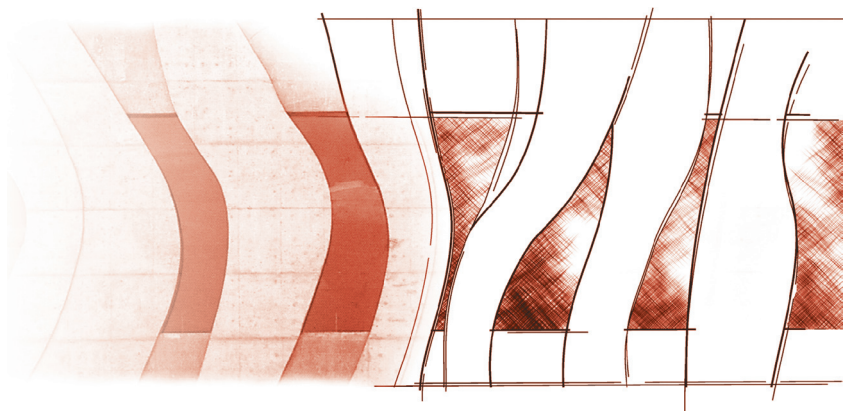
Informações Adicionais

Gabinete da Presidência.....	75
Secretaria Judiciária.....	75
Recorde na distribuição de processos.....	75
Mais rapidez na execução judicial – acesso ao Bacen Jud	76
Encaminhamento mais ágil às Cortes de origem.....	77
Rapidez na postagem	77
Economia na remessa de mensagens	78
Maior produtividade na Taquigrafia	78
Projeto de transmissão ao vivo das sessões de julgamento	79
Publicações no Diário da Justiça, intimações e citações.....	79
Precatórios pagos e pendentes	79
Curso de Práticas Cartorárias	80
Ciclo de Palestras Jurídicas com Ministros do STJ.....	80
Novos projetos de melhoria da Secretaria Judiciária	81
Pesquisa de Satisfação do Cliente.....	81

Secretaria de Jurisprudência.....	83
Nova estrutura da Secretaria de Jurisprudência.....	83
Produção da Secretaria de Jurisprudência.....	84
Pesquisa de Jurisprudência é padrão para acesso pela internet.....	85
Tabela de acessos ao site do STJ/acessos à Jurisprudência.....	86
Ministra participou de curso de Pesquisa de Jurisprudência.....	87
Revisão do Resumo Estruturado e do Tesouro.....	87
Busca do Tesouro.....	87
Jurisprudência Comparada.....	88
Capacitação de servidores da Secretaria de Jurisprudência.....	89
Perfil ideal do pesquisador e do analista de Jurisprudência.....	89
Mais conhecimento dos serviços da Secretaria de Jurisprudência.....	91
Relatório sintético da Jurisprudência Comparada.....	91
Projeto Jurisprudência em Destaque.....	91
Tutorial interativo de Pesquisa de Jurisprudência.....	91
Articulação com o Congresso Nacional.....	93
Emenda Constitucional nº 45.....	93
Lei Orçamentária Anual 2005 – PLN 51/04.....	93
Gratificação de Atividade Judiciária.....	94
Reforma do Judiciário - Emenda Constitucional PEC 358/05.....	94
Projeto de Emenda Constitucional – PEC 457/05.....	94
Projeto de Lei - PL 5829/05.....	95
Projeto de Lei – PL 5845/05.....	95
Projeto de Lei – PL 7316/02.....	95
Projeto de Lei - PLC 71/02.....	95
Projeto de Lei – PLC 116/2005.....	96
Projeto de Lei do Congresso – PLN 04/05.....	96
Projeto de Lei do Congresso – PLN 40/05.....	96
Projeto de Lei do Congresso – PLN 41/05.....	96
Audiências com o ministro presidente Edson Vidigal no STJ.....	97
Audiências do ministro presidente na Câmara dos Deputados.....	97
Audiência do ministro presidente no Senado Federal.....	98

Relações Internacionais	99
Audiências	99
Eventos.....	103
Cooperação Internacional	115
Planejamento Estratégico	117
Garantir prestação jurisdicional efetiva e transparente.....	118
Agilizar a prestação jurisdicional.....	121
Aproximar o STJ da Sociedade	124
Contribuir para a expansão e modernização do Judiciário	124





Principais Realizações



Atividade Judicante

Recorde de julgamentos no biênio 2004-2005

De janeiro a dezembro de 2004, foram efetuados 241.309 julgamentos. Houve uma expressiva elevação de 11% em relação a 2003, quando foram julgados 216.999 feitos.

Em 2005, mais um aumento digno de nota. O total de processos julgados foi de 271.428, o que significou mais 12,48%.

O total no biênio 2004-2005 somou mais de meio milhão de processos julgados – exatamente 512.737 processos. O acréscimo na produtividade foi de 23,48%. É necessário ressaltar que, nesses totais de processos julgados, estão incluídos os agravos regimentais e os embargos de declaração.

Em 2003, cada relator julgou 7.689 processos. No ano de 2004, a média de processos julgados por relator foi de 8.452 processos, o que significou aumento de 10%. Cada relator julgou 763 processos a mais.

Já em 2005 houve novo recorde de 9.376 processos por relator, com aumento de 10,93%. Ou seja, cada relator julgou 924 processos a mais.

No cômputo do biênio, a produtividade de cada relator foi de 20,93%.

Nos últimos cinco anos, o incremento da produção foi de 38% em relação à média de julgados

Em 2004, foram realizadas 437 sessões de julgamento. Em 2005, o número diminuiu para 427.

No entanto, em 2004, foram julgados em sessão 64.034 processos. Já em 2005, mesmo com 10 sessões a menos, houve um incremento de 14,98%. Foram julgados em sessão 73.624 processos.

Quanto aos processos decididos monocraticamente, o crescimento foi de 11,58%. Em 2004, foram decididos 177.275 processos, mas em 2005 esse número passou a 197.804.

Mais velocidade na tramitação de processos

O apoio à atividade judicante é igualmente significativo: 99,80% dos processos julgados em sessão foram publicados em 2005, apesar do aumento da demanda, correspondente em 13,14% a mais do que a média dos últimos cinco anos.

O número de feitos em tramitação foi reduzido a 19%. Passou-se uma década desde que a produção de julgados em 2004 e 2005 foi superior à demanda.

A relação entre processos julgados e distribuídos foi de 105% em 2005. Dos processos recursais baixados nos últimos 12 meses, 70% tramitaram em até 180 dias.

No início de 2004, apenas 50% dos processos correram nesse prazo.

Dois turnos de trabalho e três distribuições diárias

Duas decisões adotadas pelo ministro presidente Edson Vidigal causaram impacto e tiveram consequência imediata para a melhoria do funcionamento do Superior Tribunal de Justiça:

- 1) criação de dois turnos de trabalho;
- 2) três distribuições diárias de processos.

O STJ inicia o expediente às 7h e encerra às 20 h. O atendimento ao público começa a partir das 7h30 e termina às 19h30.

Os processos são distribuídos às 10h, às 14h e às 18h.



O novo horário foi inaugurado em 3 de maio de 2004, segunda-feira, às 7:30 h, com uma petição entregue pelos advogados Marcelo Lavocat Galvão, representando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Federal, e Estefânia Viveiros, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Brasília (foto).

Estoque zero na distribuição de processos

Em 2004, havia um acúmulo de 45 mil processos sem distribuição. Era o indesejável ‘estoque de processos’ do STJ. Em apenas quatro meses de trabalho, encerrou-se o ano de 2004 sem nenhum processo no ‘estoque’.

Foi uma evolução singular. O número de processos não se reduzia desde 1997. Ao contrário, só crescia com o aumento da demanda no Poder Judiciário.

Quando o processo chega, no mesmo dia é registrado, em seguida é autuado, classificado e distribuído ao gabinete do ministro.

Foi atingida a meta de realizar esse trabalho em 48 horas, no máximo.

Em 2004, foram recebidos 178.365 processos e autuados 197.441, sendo distribuídos e registrados 215.411.

Em 2005, foram recebidos 221.023 processos – aumento de 23,92% – e autuados 215.607. O incremento na autuação foi de 9,20%.

Em 2005, os processos distribuídos e registrados atingiram o total de 211.128, com um pequeno decréscimo – menos 1,99%.

A distribuição se faz rigorosamente em dia e foi atualizada mesmo antes da exigência determinada pela Emenda Constitucional nº 45, de 31 de dezembro de 2004.

Mutirões da Corte Especial

Em maio de 2004, para diminuir o número de processos constantes na pauta da Corte Especial, o ministro presidente Edson Vidigal determinou que as sessões fossem realizadas em regime de mutirão.

Essa iniciativa propiciou melhor rendimento aos julgamentos e evitou a designação de várias sessões extraordinárias, prática comum na Corte Especial em gestões passadas. Antes, para reduzir a pauta, eram designadas sessões extraordinárias na proporção aproximada de 1 extraordinária para 2 ordinárias.



A partir de 5 de maio de 2004, foram realizadas 26 sessões de julgamento da Corte Especial, sendo 22 ordinárias e 4 extraordinárias, nas quais foram julgados 635 processos.

Nos mutirões, 12 sessões ocorreram em período integral, com início às 9h, intervalo para almoço das 12h às 14h, e término às 18h.

Em 2005, foram realizadas 21 sessões ordinárias e uma extraordinária da Corte Especial, sendo julgados 465 processos. Dessas 21 sessões, 16 foram em regime de mutirão.

Nova estrutura da Secretaria Judiciária

Na estrutura atual do STJ, a Secretaria Judiciária vincula-se ao Gabinete da Presidência. É sua função apoiar a atividade judicante, preparando o processo para julgamento, dando cumprimento aos despachos, acompanhando e registrando o trâmite processual e fornecendo informações aos usuários para que seja bem exercida a prestação jurisdicional.

A Secretaria abrange dez coordenadorias de órgãos julgadores (seis Turmas, três Seções e a Corte Especial) e três Subsecretarias: Protocolo, Informações Processuais e Expedição; Autuação, Classificação e Encaminhamento; e Taquigrafia.

Integram-se ainda à estrutura a Divisão de Execução Judicial e a Seção de Apoio aos Advogados.

Melhoria da distribuição, autuação e classificação

Na Secretaria Judiciária, a autuação, distribuição e classificação eram unificadas, mas hoje está estruturada por área de especialização – autuação, classificação e encaminhamento –, o que melhorou

sensivelmente a tramitação dos processos originários, dos recursos especiais e dos agravos.

Com a descentralização, foi possível adotar uma nova sistemática para imprimir maior agilidade, porque o processo originário era tratado de uma única vez, assim como o recurso especial e o agravo. De fato, no passado, havia somente uma divisão específica para os originários.

A nova sistemática e a distribuição por três vezes ao dia foram essenciais para atualizar o massivo volume de processos nos setores de autuação e distribuição.

É importante ressaltar que o procedimento de autuação, classificação e encaminhamento dos processos de competência originária do STJ mantém sua certificação de acordo com a norma ISO 9001/2000.

A nova estrutura acrescentou ainda mais relevância às atividades da Secretaria Judiciária

O avanço conquistado na especialização da Subsecretaria de Autuação, Classificação e Encaminhamento tornou viável a implementação de um novo programa informatizado, mediante o qual estão sendo inseridas mais informações nas capas dos processos.

O projeto foi elaborado em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e das Comunicações, especificamente para a autuação, a classificação e a distribuição. Esse projeto contribuiu para o aperfeiçoamento do desempenho da Secretaria Judiciária, o que resultou no trabalho mais eficaz e rápido nos gabinetes dos ministros.

O objetivo foi melhorar a classificação a fim de evitar que se abrisse cada processo para conferir o assunto. Um determinado grupo de processos é trabalhado de uma só vez, de acordo com a nova sistemática de classificação digital.

Por exemplo, atualmente, se o processo trata de Previdência Social com base em determinada lei, a tarefa de trabalhar dentro dessa matéria é facilitada. A primeira etapa desse novo procedimento foi implantada em outubro de 2005.

Outro efeito positivo da nova sistemática foi possibilitar a criação do Catálogo de Questões Jurídicas.

Catálogo de Questões Jurídicas

O Catálogo, informatizado, contém questões jurídicas já apreciadas pelos ministros e está interligado à base de jurisprudência do STJ.

É um instrumento simples que sistematiza rotinas de elaboração de decisões do STJ e possibilita uma prestação jurisdicional mais eficaz e rápida.

Uma comissão especial participou da implementação do projeto – sob a orientação do Gabinete do Diretor da Revista do STJ –, integrada por servidores da Secretaria de Jurisprudência, da Secretaria Judiciária, do Núcleo de Planejamento Estratégico e dos assessores dos gabinetes dos ministros Franciulli Netto e Castro Meira.

A Secretaria de Tecnologia da Informação e das Comunicações desenvolveu o software, sem custo adicional.

O treinamento de servidores para utilizar o Catálogo teve início em fevereiro de 2006. Na primeira etapa, os servidores e estagiários lotados na Secretaria Judiciária foram treinados a fazer a marcação de peças.

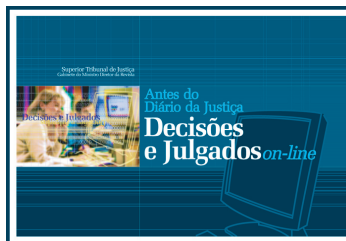
Na segunda etapa, servidores de gabinetes dos ministros fizeram o curso de Automação de Procedimentos em Gabinete.

Na terceira etapa, analistas judiciários participarão do curso Identificação de Questões Jurídicas, o que deverá ocorrer ainda no primeiro semestre de 2006. Ministros do STJ farão palestras para os analistas durante a realização desse curso.

O Catálogo de Questões Jurídicas foi lançado oficialmente em fevereiro de 2006.

Decisões e Julgados on-line

O STJ disponibiliza a liberação da decisão e das peças que integram o inteiro teor do acórdão, antes de sua publicação no Diário da Justiça.



A nova facilidade foi lançada em 5 de agosto de 2004. O acesso às informações no site do STJ é imediato, mas não vale para fins de recurso.

Em 2004, a página foi acessada 9.694 vezes. Em 2005, o número de acessos atingiu a marca de 254.318. O total do biênio somou 350.812 acessos.

Decisões monocráticas on-line

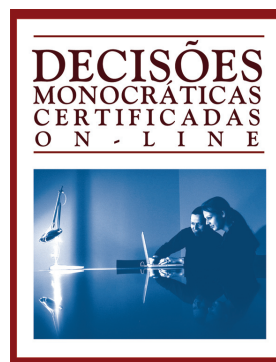
As decisões monocráticas, em páginas certificadas, com validade legal, estão disponíveis no site do STJ desde 25 de novembro de 2004.

Um código numérico autentica a decisão, que pode ser verificada pela internet, o que garante a procedência do documento.

Em 2004 o sistema contabilizou 12.449 consultas pela internet.

Em 2005 foram 390.505 consultas. Em dois anos o número de acessos alcançou a marca de 403.004.

Com o novo sistema, os advogados ou as partes não precisam comparecer ao Tribunal para obter cópias autenticadas, assim como não é mais necessário dispor de arquivos para cada decisão. Se for o caso, basta tirar uma cópia por meio da internet.



O novo serviço foi desenvolvido com recursos do Gabinete do Ministro Diretor da Revista do STJ, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e das Comunicações, sem custo adicional para o Tribunal.

O acesso ao acórdão em formato texto, via internet e intranet, em página certificada, com validade de documento, foi viabilizado em 1º de setembro de 2002, na gestão do ministro Fontes de Alencar, Diretor da Revista do STJ.

A Revista Eletrônica da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça conta atualmente com 217.702 acórdãos e foi acessada 7.196.316 vezes.

No entanto, o sucesso e as facilidades proporcionadas pelo novo serviço realçou as dificuldades de impressão e o reaproveitamento dos textos da página relativa ao Inteiro Teor. Apesar de não ser alimentada, a página registrou número expressivo de consultas: nada menos que 1.687.834 acessos.

Para atender às solicitações dos usuários internos e externos desse serviço, foi então elaborado o projeto de Conversão e Validação de Documentos.

Versão mais acessível de acórdãos e decisões do STJ

Um projeto especial de Conversão e Validação de Documentos Eletrônicos do STJ complementa e amplia as bases de dados da Revista Eletrônica da Jurisprudência e das Decisões Monocráticas.

Um milhão e 300 mil acórdãos e decisões do STJ agora em versão digital mais acessível

Projeto especial complementa e amplia as bases de dados da "Revista Eletrônica da Jurisprudência" e das "Decisões Monocráticas".

O novo serviço estará disponível a partir de 21 de março de 2006.

www.stj.gov.br
link - Revista Eletrônica do STJ
link - Decisões Monocráticas

Ata nº 31 de 20 de fevereiro de 2006, do Ministro Roberto Gurgel - Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
Tribunales convertidos para formato texto e imagens para PDF. Os arquivos são enviados à base de dados da jurisprudência eletrônica.

Ata nº 32 de 20 de fevereiro de 2006, do Ministro Roberto Gurgel - Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
Tribunales convertidos para digitalização e convertidos de imagens para texto em decisões monocráticas e sua vinculação com o sistema eletrônico.

Os usuários agora terão maior facilidade para conhecer a jurisprudência do STJ, aproximando cada vez mais a Justiça da sociedade.

O acesso simplificado às decisões e aos acórdãos constitui mais um instrumento de apoio à

missão do STJ de uniformização da interpretação das normas infra-constitucionais.

Elaborado e desenvolvido pelo Gabinete do Ministro Diretor da Revista, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e das Comunicações e com a Secretaria de Documentação, o projeto foi dividido em dois segmentos, estabelecendo critérios para conversão e validação de documentos eletrônicos.

O objetivo é agilizar a recuperação, o reaproveitamento e a impressão dos textos das páginas Inteiro Teor e Decisões Monocráticas, atualmente disponíveis no site do STJ.

No primeiro segmento, preparou-se a migração de 382.105 acórdãos, que correspondem a mais de 2 milhões e 400 mil laudas, publicadas no Diário da Justiça em data anterior a 31 de agosto de 2002.

Os acórdãos da página Inteiro Teor, no formato imagem, estão sendo convertidos para formato texto e serão incluídos, periodicamente,

mente, na página do repositório oficial Revista Eletrônica da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

No segundo segmento, 950 mil decisões publicadas no Diário da Justiça, em data anterior a 24 de novembro de 2004, também estão sendo convertidas para formato texto e incluídas, periodicamente, na página Decisões Monocráticas na internet.

Assim que forem inseridas no site do STJ, tais decisões passam a ter validade de documento.

O novo serviço deverá estar disponível a partir de março de 2006 no site *www.stj.gov.br* - link Revista Eletrônica do STJ – link Decisões Monocráticas.

Mais informações jurídicas do STJ para o Poder Judiciário

De abril de 2004 a fevereiro de 2006, o Gabinete do Diretor da Revista distribuiu 116.677 volumes de publicações impressas e eletrônicas às bibliotecas de órgãos do Poder Judiciário, sem custo para os destinatários das publicações.

O objetivo de oferecer acesso a todas as informações sobre os processos – despachos de rotina, decisões ou acórdãos – foi atingido rapidamente.

Nesse breve período de dois anos foi editada e publicada uma série de documentos – com certificação de qualidade ISO 9001/2000.

- 1) 26 volumes da Revista do Superior Tribunal de Justiça (2 de Índice Geral)
- 2) 6 volumes do Ementário da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça



- 3) 40 edições do Boletim da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (2 de Índice Geral)
- 4) 13 volumes da nova coletânea da Revista de Súmulas do Superior Tribunal de Justiça
- 5) Doutrina – Superior Tribunal de Justiça – Edição Comemorativa
- 6) Regimento Interno do STJ
- 7) Edição das Súmulas do Superior Tribunal de Justiça



Melhor estrutura nos Gabinetes dos Ministros

A criação do cargo de chefe de gabinete em sentido estrito finalmente pôde ser concretizada com o objetivo de melhorar o fluxo de trabalho e a administração dos gabinetes dos ministros.

Na estrutura do Tribunal, existe a figura do oficial de gabinete, que trabalha especificamente com os processos. Os ministros se ressentiam de não dispor de um funcionário para administrar o gabinete, visto que o oficial de gabinete acumulava encargos e tarefas das áreas processual e administrativa.

Criou-se, então, o cargo de chefe de gabinete com a mesma hierarquia do assessor; anteriormente essa função era inferior à dos assessores. Os cargos foram criados para os gabinetes dos 33 ministros, para o Gabinete da Revista do STJ, para a Vice-Presidência e Presidência.

O novo cargo reduziu a carência de funcionários nos gabinetes dos ministros e fez crescer o número de julgados, tornando mais ágil e fluida a organização interna. Hoje um funcionário graduado

administra as tarefas e organiza a programação, o que resultou no aumento da produtividade do julgamento.

Ao mesmo tempo em que se criou o cargo de chefe-de-gabinete, foram implementadas 68 novas funções comissionadas de nível 4 (FC-4), distribuídas entre os gabinetes e a Secretaria Judiciária. Nos gabinetes, os novos funcionários trabalham no apoio aos ministros para elaboração dos processos.

Decisões do STJ que mais interessaram ao cidadão

Foram selecionados 78 processos que mais interessaram ao cidadão, atraíram a atenção e repercutiram na vida da sociedade brasileira, dentre os 271.428 submetidos à deliberação do STJ em 2005.

Esses processos abrangem diversas áreas das normas infraconstitucionais – Direito de Família, Direito Penal, Direito do Consumidor, Direito Público, Direito do Trabalho, Previdenciário e Civil.

Para obter mais informações, inclusive número e detalhes do processo, acesse a notícia publicada no site do STJ.

Basta seguir passo a passo, como está detalhado abaixo.

1. Entre no site www.stj.gov.br
2. À esquerda da tela, clique em *Notícias*.
3. Desça com o cursor ao final da página *Notícias*, onde se encontram os campos para pesquisa de notícias anteriores.



4. Digite no campo *Critério* o título da notícia de seu interesse. Abaixo se encontra a lista das notícias.
5. No campo seguinte (*Local*), assinale o item (*Tudo*).
6. Clique sobre o título e abrir-se-á a página com o assunto de seu interesse.
7. No final da página há o número do processo, que também pode ser acessado com apenas um clique.

Direito de Família

- Bem de família é penhorável para quitar débitos previdenciários só com empregado doméstico.
- Nulo processo para cancelar venda de bem se não citar ex-marido que figurou no pré-contrato.
- Companheira que participou do crescimento financeiro do casal tem direito à partilha de bens.
- Ex-companheira tem direito à pensão, mas não à indenização por serviços domésticos.
- Companheiro tem direito à metade dos bens havidos durante união.
- Renúncia à pensão alimentícia em separação impede ação posterior para obtê-la.
- Dispensável citação de herdeiros se, após falecer um dos executados, o inventariante é habilitado.
- Netos podem entrar na Justiça para serem reconhecidos como herdeiros pelo avô
- Viúva não tem direito a imóvel comprado pelo marido antes e registrado depois do casamento

- Apenas a recusa em fazer o exame DNA não constitui prova de paternidade.
- Acordo de separação que não contém mácula é válido mesmo sem homologação judicial.
- Pagamento de pensão alimentícia retroage à data da citação.
- É possível embargo de bens de casal para garantir pensão a filho nascido fora do casamento.
- Dificuldade financeira não desobriga o pagamento de pensão alimentícia.
- Filhos de pai já falecido podem entrar com ação para serem reconhecidos como netos.
- Créditos trabalhistas integram partilha de bens na separação do casal.
- Filhos não podem receber pelo pai em ação na qual ele visava indenização da ex-mulher por aluguel de imóvel comum.
- Não faz jus à partilha parte que não comprova aquisição de bens mediante esforço comum.

Direito Penal

- Habeas-corpus não é via legal adequada para contestar prova pericial.
- Horas extras de preso devem ser contadas de forma diferenciada para fins de remição.
- Sentença que absolve réu não pode ser anulada mesmo quando proferida por juiz incompetente.
- Uso de arma de brinquedo em roubo não é motivo para agravar pena.

Direito do Consumidor

- Venda de veículo alienado a terceiro de boa-fé não pode ser anulada.
- Saques com mesmo cartão em estados diferentes exigem que CEF comprove culpa de cliente.
- Prescrição para casos de recusa de seguradora a pagamento de indenização é de um ano.
- Associação de consumidores pode defender direitos coletivos em ação civil pública.
- Bradesco Seguros condenada por negar senha de internação a paciente de cálculos na vesícula.
- Mantida decisão que aplica Código de Defesa do Consumidor a extravio de bagagem, garantindo valor real da mercadoria.
- Suposta embriaguez do segurado não exime seguradora de indenizar os danos.
- Não basta inadimplência para findar contrato com seguradora; é necessário interpelar segurado.
- Construtora deve indenizar consumidor por atraso na entrega de imóvel.
- Fiador não responde por dívidas resultantes de aditamento de contrato de aluguel.
- Cancelamento de protesto em cartório deve ser feito pelo devedor.
- Prescrição de financiamento obtido fraudulentamente conta a partir da assinatura do contrato.
- Limitação de compra de produto em promoção não caracteriza dano moral.

- Consumidor receberá indenização por inclusão indevida de nome em cadastro de devedores.
- Pretensão de cobrar judicialmente mensalidade escolar prescreve um ano após o vencimento.
- Prazo de prescrição de indenização de um ano vale para segurado, não para beneficiário.
- Cláusula contratual que autoriza rompimento unilateral de seguros de saúde pode ser anulada.
- É possível a quitação de parte da dívida atrasada pelo adquirente de casa hipotecada.
- É nula cláusula de seguro-saúde que exclui tratamento da Aids.
- Inclusão em “lista negra” dá direito a indenização por danos morais.
- Devedor tem direito a questionar valor da dívida na própria ação de busca e apreensão.
- Locador deve efetuar caução por melhorias do locatário em execução provisória de despejo.

Direito Público

- Candidato consegue anulação de exame psicotécnico que o reprovou.
- Auxílio-combustível não pode ser estendido aos proventos de servidor inativo.
- É possível aplicação de multa ao Estado por descumprir decisão judicial.
- É legal a exigência de peso mínimo prevista em edital para concurso da Polícia Militar.

- Lei sobre quebra de sigilo bancário tem aplicação imediata.
- É lícito desistir de concordata quando não prejudicar credores ou a Fazenda Pública.
- Não é crime ambiental a destoca realizada por proprietário para limpar área de pastagem.
- Militar retornado ao serviço ativo deve ser tratado como se ativo fosse para todos os efeitos.
- Aferição de bombas de combustível pelo Inmetro é paga como preço público.
- Mantido índice de correção do FGTS em razão de planos econômicos do governo Collor.

Direito do Trabalho

- Atividade exercida sob condições especiais obedece à legislação em vigor à época do serviço.
- Reconhecido direito dos auxiliares locais do Ministério de Relações Exteriores a enquadramento como servidor público.
- Produtos fabricados que envolvam serviços secundários de impressão gráfica estão livres de ISS.
- Apenas primeiro endosso de cheque é isento de CPME.
- São isentos de imposto de renda os valores recebidos a título de férias e licença-prêmio não gozadas e de programa de demissão voluntária.
- Medida cautelar fiscal só deve atingir bens pertencentes ao ativo permanente da empresa.

Direito Tributário

- Pensionista de militar anistiado garante direito à isenção de imposto de renda.
- Garantido a anistiado político direito à isenção de imposto de renda sobre a pensão militar.
- Fazenda deve esgotar meios de obter dados sobre bens de devedor antes de pedir quebra de sigilo.

Direito Previdenciário

- Trabalhador pode renunciar à aposentadoria para receber outra mais vantajosa.
- Esposa pode ter aposentadoria rural, mesmo sendo marido trabalhador urbano.
- Comprovante de ITR é considerado prova para aposentadoria rural.
- Estudante não tem direito de prorrogar até os 24 anos pensão por morte.
- Apuração do valor a indenização deve considerar critérios legais de quando se refere a contribuição.

Direito Civil

- Mantida decisão que garante indenização a judoca que ficou tetraplégico durante treino.
- Empresa deve pagar danos morais à família de vítima atropelada em ponte.
- Dano moral e patrimonial são cumuláveis, mesmo para fato anterior à Constituição Federal de 1988.

- Prazo para reaver prejuízo causado a terceiro conta da data do pagamento e não do acidente.
- Banco que protesta duplicata indevidamente está sujeito a pagar dano moral.
- É proibida cobrança cumulada de comissão de permanência, juros de mora e multa contratual.
- Associados de entidade de previdência privada têm direito a exigir prestação de contas.
- Impenhorável imóvel de propriedade de empresa usado por sócio como residência.
- Título de compra e venda, mesmo sem registro, é hábil para comprovar usucapião.
- Médico fisiatra não tem responsabilidade por não diagnosticar doença grave.

Ações Relevantes

Melhor atendimento aos advogados

O atendimento no STJ aos advogados, às partes e aos interessados abrange diversos itens:

1. informações relativas à distribuição e tramitação dos processos;
2. procedimentos e serviços prestados no balcão, por telefone ou por escrito, com o fornecimento do andamento processual em slip impresso;
3. lista de processos vinculados a um determinado advogado;
4. expedição de certidões e quaisquer outras informações que facilitem o acesso à Justiça;
5. O STJ disponibiliza uma Seção de Apoio aos Advogados com infra-estrutura adequada e preparada, inclusive, para atender deficientes físicos.

Doze terminais de auto-atendimento, previamente testados e aprovados, foram instalados em pontos estratégicos do Tribunal. A localização foi definida em função do fluxo de pessoas e da proximidade dos órgãos julgadores e do Plenário, facilitando o acesso do usuário às informações institucionais e processuais.

Nova Seção de Apoio aos Advogados

A nova Seção agora utiliza área mais ampla e confortável para tornar mais eficaz e rápido o desempenho dos advogados. Eles podem trabalhar como se estivessem num posto avançado de seus escritórios.



Inaugurada em 18 de março de 2005, a sala comporta até cinco usuários, simultaneamente, nos terminais de computador. Conta ainda com três linhas telefônicas e aparelho de fax. As ligações são feitas a cobrar.

Os deficientes físicos mereceram atenção especial. As mesas foram adaptadas para usuários de cadeiras de rodas, além de estar disponível uma impressora em braile.

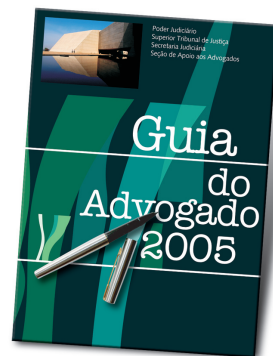
A equipe de atendimento, formada por quatro servidores, incluindo a chefia, trabalha das 7h30 às 19h. A nova Seção foi estrategicamente instalada – 2º andar, bloco F do STJ – próxima do local onde funcionam as Coordenadorias das Turmas, a Coordenadoria da Corte Especial, a Secretaria de Jurisprudência, o setor de usuário do Arquivo Geral e a Reprografia.

Em 2004, na antiga Seção, foram atendidos 7.369 advogados. Em 2005, com a nova Seção, aumentou em 66,87% o número de advogados: 12.297.

Guia do Advogado

É uma publicação que contém tudo quanto um advogado precisa para operar no STJ. De forma ordenada e clara, o Guia do Advogado informa desde informações sobre vagas no estacionamento, horário dos restaurantes, consulta aos terminais de computador distribuídos pelo complexo do Tribunal até o local onde copiar um processo.

O Guia do Advogado foi lançado em 11 de agosto de 2004, Dia do Advogado. Na primeira



edição foram impressos 1.500 exemplares. A publicação esgotou-se rapidamente. Para a segunda edição foram impressos mais 1.500 exemplares.

Ao mesmo tempo em que foi lançado em meio impresso, os arquivos do Guia foram disponibilizados na internet. Em 2004 se contabilizaram 45.078 acessos pela internet para baixar os arquivos (download) do Guia.

Em 7 de julho de 2005, após a publicação da Resolução 12/STJ, que fixou o novo valor a ser recolhido para o pagamento de porte e remessa dos autos, o texto do Guia foi alterado e impressos mais 400 exemplares.

Uma nova edição do Guia do Advogado foi lançada em dezembro de 2005 com 1.000 exemplares. Essa nova edição contém a atualização das tabelas de porte e remessa e retorno do Superior Tribunal de Justiça (Resolução 20/STJ, de 24 de novembro de 2005) e do Supremo Tribunal Federal (Resolução 314/STF, de 7 de novembro de 2005). A versão digital foi publicada no site do STJ em 5 de dezembro de 2005.

Em 2005, o número de acessos pela internet para fazer download dos arquivos aumentou para 60.930.

O número total desde o lançamento do Guia, em agosto de 2004, até dezembro de 2005, atingiu 106.008 download.

Em breve, uma nova versão digital será interativa para tornar ainda mais fácil a compreensão de todas as informações do Guia.

O Guia do Advogado tem sido de grande utilidade não só para estagiários, estudantes, advogados e operadores do Direito, mas também para os cidadãos e cidadãs que precisam obter informações sobre processos no STJ.

Rede de informação jurídica digital - Consórcio BDJur

O Consórcio Biblioteca Digital Jurídica (Consórcio BDJur) é uma rede de informações digitais formada pelos órgãos do Poder Judiciário, das esferas federal e estadual, instalada a partir da Biblioteca Digital do STJ, em 17 de dezembro de 2004. O objetivo é integrar, em um só portal, os mais importantes acervos de informação digital jurídica, permitindo consultas unificadas e com respostas instantâneas.

O STJ assinou acordo de cooperação técnica com o Conselho da Justiça Federal e com os Tribunais Regionais Federais das 2ª, 4ª e 5ª Regiões. O projeto foi desenvolvido em parceria com os Tribunais Superiores sediados em Brasília, em função da disponibilidade da Secretaria de Tecnologia da Informação e das Comunicações do STJ para implantação do programa escolhido, o software livre Dspace.

Entre as instituições públicas, o STJ é pioneiro ao adotar esse programa do Massachusetts Institute of Technology (MIT), que atende a mais de 1.500 instituições de ensino na América, Europa e Ásia. No Brasil, está sendo usado pela Universidade de São Paulo (USP).

O Consórcio BDJur foi concluído e efetivado em 2005. A Seção de Informação Digital (Seindi), unidade gestora do projeto, avançou nos testes de consistência das ferramentas usadas para compor o sistema e concluiu a proposta dois meses antes do prazo previsto no Projeto Estratégico.

A Seindi divulgou a filosofia do livre acesso ao conhecimento, incentivou a criação e o desenvolvimento de bibliotecas digitais além do âmbito do Poder Judiciário e apresentou seu trabalho em eventos realizados em Curitiba (Paraná), Brasília (Distrito Federal), Porto

Alegre (Rio Grande do Sul), São Paulo (São Paulo), Leuven, na Bélgica, e Oslo, na Noruega.

Pelo pioneirismo do trabalho, a Seinid recebeu visitas e consultas de representantes de órgãos como Câmara dos Deputados, Fundação Antônio Carlos Jobim (RJ), Tribunal Superior Eleitoral, Senado Federal, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rede Sarah de Hospitais, Ministério da Educação e escritórios de advocacia.

Ao longo de 2005, o Consórcio BDJur foi noticiado em periódicos nacionais e internacionais, foi tema de monografia de aluno de Ciências da Computação da Universidade de Brasília (Software Livre no Governo: o Caso BDJur) e de prova em concurso público aplicada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, além de ter seus dados rastreados por mais de três mil iniciativas similares, entre nacionais e estrangeiras.

Atualmente, a Biblioteca Digital Jurídica do STJ conta com 13 coleções. Diversas funções do sistema foram criadas visando a facilitar o acesso e a recuperação da informação armazenada no sistema. Desde agosto de 2005, quando foi implantada a funcionalidade de estatística no sistema, foram computados 71.587 acessos a mais de 1.800 itens da base de dados.

Ouvir com atenção os funcionários

Sempre que foi procurada, a Presidência do STJ abriu a portas do Gabinete para ouvir os funcionários, conhecer as demandas, as idéias e o que o servidor poderia oferecer para o bem-estar, a melhoria dos métodos de trabalho e o aumento da produtividade.

Fale com o Presidente, escreva para o Presidente

Para abrir canais de comunicação com o público externo e com os servidores do STJ, o ministro presidente Edson Vidigal criou o Fale com o Presidente e o Cartas ao Presidente.

O próprio ministro presidente lia as mensagens e respondia, não importando se o teor era um elogio, uma sugestão ou uma crítica.

Às vezes a carta era publicada na íntegra, se isso contribuía para maior clareza e compreensão mais abrangente do tema abordado.

Em Fale com o Presidente, o ministro presidente Edson Vidigal comunicava-se diretamente com o servidor do STJ que sugeria soluções administrativas. Muitas dessas idéias foram aproveitadas e adaptadas de acordo com as possibilidades. As reclamações e questionamentos com relação aos concursos também foram respondidas diretamente pelo ministro presidente.

Por meio desse canal, veio a sugestão de instalar-se um ponto de ônibus em frente ao STJ. Os servidores e os visitantes não estavam abrigados enquanto esperavam transporte público. O ministro presidente Edson Vidigal entrou em contato com o Governo do Distrito Federal, pediu providências e o ponto de ônibus foi construído.

No entanto, se alguma solicitação não era viável, não podia ser atendida, o servidor sempre era informado por quê.

Ouvidoria-Geral, linha direta com o cidadão



STJ
Ouvidoria-Geral

Antecipando-se às determinações da Reforma do Judiciário, a Ouvidoria-Geral foi

instalada em 17 de junho de 2004, simultaneamente à inauguração da Ouvidoria do Tribunal de Contas da União (TCU). O horário de atendimento é contínuo, das 7h30 às 19h.

Todas as manifestações são cadastradas e arquivadas em banco de dados digital. Esse cadastramento possibilita consultas e pesquisas por assunto, assim como a verificação se existem mensagens anteriormente enviadas pelo mesmo remetente.

A maior parte das consultas foi respondida no mesmo dia. Em alguns casos, pela complexidade do tema, ultrapassou-se esse prazo, mas em raras ocasiões os cidadãos aguardaram tempo superior a cinco dias pela resposta.

No período de junho a dezembro de 2004, a Ouvidoria-Geral recebeu, em média, 949 manifestações por mês. Desse total, 55,01% referiam-se ao STJ e 44,99% aos mais variados órgãos públicos.

Em 2005, o trabalho da Ouvidoria-Geral consolidou-se e aumentou o índice de acerto: 65,74% referiam-se ao STJ, enquanto 34,26% eram para outros órgãos públicos. Houve uma ligeira redução quanto à média de manifestações – 930 por mês.

No biênio 2004-2005, a Ouvidoria-Geral atendeu a 17.527 manifestações.

O meio preferido para consulta é o formulário eletrônico (51,05%), seguido do e mail (23,02%).

Para receber a resposta, o canal preferido é o e mail (81,21%), seguido do telefone (10,13%).

Reivindicação antiga, enfim atendida

Os quintos constituíam uma vantagem salarial que sempre era incorporada aos proventos do servidor efetivo, ou seja, aquele que ingressou no STJ por concurso e exercia função comissionada. Havia incorporação a cada ano, correspondendo a 1/5 do valor da função comissionada. A vantagem era limitada a 5/5.

A incorporação dos quintos foi interrompida em abril de 1998 por força da Lei no 9.624/98.

Três anos depois, com a edição da Medida Provisória 2.225, de 4 de setembro de 2001, o prazo para essa incorporação foi estendido até a data da publicação da Medida Provisória.

O que se determinou na gestão do ministro presidente Edson Vidigal foi o pagamento da diferença do período entre 1998 e 2001, além da incorporação aos vencimentos para os servidores que exerciam função comissionada à época.

Nem todos os servidores do STJ foram beneficiados. A diferença foi recebida somente por quem exerceu função comissionada no período de 1998 a 2001, ou quem tinha parcelas de vantagem de quintos a atualizar.

Previdência Complementar

A realização de estudos para implantação do Fundo de Previdência Complementar do Poder Judiciário foi determinada pelo ministro presidente Edson Vidigal a uma Comissão Especial com integrantes do STJ, do Conselho da Justiça Federal e dos Tribunais Regionais Federais.

Na primeira etapa, elaborou-se o anteprojeto de lei para instituir o regime de Previdência Complementar e fixar as diretrizes básicas de funcionamento do fundo de pensão.

Na segunda, estruturou-se o plano básico, definindo-se os benefícios que serão oferecidos aos magistrados e aos servidores. Os valores da contribuição serão fixados após avaliação de especialistas em cálculos atuariais.

Em janeiro de 2006, foi encaminhado à Presidência da República o anteprojeto de lei que autoriza a instituição do regime de Previdência Complementar para os magistrados e os servidores titulares de cargo efetivo do quadro de pessoal do STJ, do Conselho da Justiça Federal, dos Tribunais Regionais Federais e das Seções Judiciárias da Justiça Federal do 1º grau. O universo de pessoas beneficiadas alcança mais de 22 mil pessoas.

A proposta prevê ainda a adesão de outros órgãos do Poder Judiciário da União e dos Estados, o que ampliaria a clientela para mais de 100 mil pessoas.

Os órgãos do Judiciário que participarem da composição do Fundo de Previdência Complementar atuarão como patrocinadores.

Para cada real com que o servidor contribuir, o órgão público contribuirá com outro. Em todos os órgãos de administração do fundo (conselhos financeiro, deliberativo e consultivo), haverá composição paritária entre representantes dos servidores e dos patrocinadores.

Obras de reforma e adaptação

No biênio 2004-2005 foram realizadas 15.500 metros quadrados de obras de adaptações e reformas, resgatando o projeto original de Oscar Niemeyer.



O crescimento do STJ exigiu a recomposição de áreas que abrissem mais espaço para o trabalho das Coordenadorias de Turmas e da Corte Especial.

A transferência do Arquivo Geral para o galpão de apoio no setor de garagens Norte liberou mais 150 metros quadrados para cada uma das 6 Turmas de Julgamento e mais a Corte Especial – total de 1.050 metros quadrados.

As reformas e adaptações do Tribunal Pleno, das Salas de Julgamento de Turmas e Seções somam 3.000 metros quadrados.

Houve também ampliação dos Gabinetes dos Ministros. A área média foi de 40 metros quadrados, o que soma um total de 1.320 metros quadrados.

Entre outras obras que tornaram o ambiente de trabalho no STJ mais produtivo, eficaz e confortável, podem ser citadas a substituição de carpetes por piso de granito – material de maior durabilidade, mais limpo e de manutenção mais econômica – e a preparação de setores e áreas especialmente para deficientes físicos.

A adaptação das instalações da Secretaria de Saúde e Benefícios permitiu a mudança do Pró-Ser (sistema de Seguro Saúde do STJ) para novo local, melhor, mais amplo e mais bem adequado.

O remanejamento de áreas e seções possibilitou que a nova Seção de Apoio aos Advogados ganhasse mais espaço e ficasse próxima das Coordenadorias de Turmas e da Corte Especial.

Banco de Horas

O Banco de Horas é um sistema interno, informatizado, para controle da frequência, permitindo que os funcionários acumulem ou façam a compensação de horas trabalhadas.

O aplicativo foi desenvolvido, testado e implementado pela Secretaria de Tecnologia da Informação e das Comunicações.

No atual estágio, o Banco de Horas é usado no Gabinete da Presidência, no Gabinete do ministro Luiz Fux, na Secretaria de Recursos Humanos e na Secretaria de Tecnologia da Informação e das Comunicações.

Certificado de qualidade nos serviços do STJ

A partir do ano 2000, iniciou-se a implantação de Sistemas de Gestão da Qualidade), com base no modelo ISO 9001/2000, sob a responsabilidade do Núcleo da Qualidade do STJ.

Quatro sistemas certificados já estão implementados no STJ:

- Secretaria Judiciária – Autuação, Classificação e Distribuição dos Processos Originários, em março de 2000;
- Gabinete do Ministro Diretor da Revista - Elaboração das Publicações Oficiais do STJ, em agosto de 2001;
- Gabinete do Ministro José Arnaldo da Fonseca - Análise e Julgamento dos Processos Originários, em outubro de 2004;

- Subsecretaria de Suporte Técnico - Recebimento, Processamento e Solução de Solicitações de Suporte em Tecnologia da Informação, em novembro de 2005.

Em parceria com a Secretaria de Recursos Humanos, o Núcleo da Qualidade estuda a implantação do sistema de Gestão Ambiental na Secretaria de Saúde e Benefícios, para obter a certificação ISO 14001/2004.

Organizações com experiência em certificação de qualidade ambiental foram visitadas e formalizou-se o processo para contratação de consultoria especializada.



Comunicação Social eficaz e integrada

A Comunicação Social do STJ experimentou um grande impulso, graças à incorporação dos estúdios de Rádio e de Televisão, à expansão da cobertura da área de Imprensa, inclusive na parte da comunicação interna do próprio Tribunal e a união, na mesma Assessoria, de dois importantes setores do Tribunal ligados direta ou indiretamente à imagem da Corte: a programação visual e a área cultural.

Essa integração favoreceu a massa crítica para produção de serviços e de eventos colocados, todos, sob o pálio da mesma inspiração de melhor aproximar o STJ da comunidade de Brasília e do Brasil.

Há noticiários diários de rádio para o público interno – às 12h e às 17h – que também estão disponibilizados na internet, com milhares de acessos por mês. O setor também promoveu entrevistas diretas do ministro presidente Edson Vidigal e de outros ministros do Tribunal destinadas a emissoras de rádio de vários estados do País.

Foi produzida a média diária de 10 minutos de telejornalismo destinado à TV-Justiça, mas também a outras emissoras interessadas.

As matérias do Núcleo de TV são enviadas, por fibra ótica, diretamente do STJ para os estúdios da TV Justiça, localizado no Supremo Tribunal Federal. O sistema de fibra ótica entrou em funcionamento em maio de 2005. Esse serviço de comunicação de dados foi implementado em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e das Comunicações.

O Núcleo de TV produz também dois programas semanais – Visão Geral, destinado ao público externo, com acesso na internet e Fique por Dentro, para o público interno, com acesso na intranet e documentários sobre aspectos diversos do Tribunal, todos disponibilizados ao público externo na internet.

Aumentou significativamente o número de matérias e de fotografias diárias no site do Tribunal, bem como os acessos do público, incluindo as Cartas ao Presidente, com mais de 110 mil acessos de leitores durante o biênio 2004-2005. Uma nova revista – Mérito – foi produzida e inserida no site.

A comunicação interna tem se beneficiado de um novo mensário Informe-se, remetido diretamente às residências, inclusive dos ministros e servidores aposentados, bem como do Jornal Mural, alterado semanalmente, com notícias de interesse direto dos servidores, inclusive anúncios classificados.

A área cultural experimentou avanço tanto no número de eventos quanto na sua qualidade, pois o STJ abriu-se para realidades inéditas em sua história, como abrigar seminário para discutir o papel da Justiça na promoção da igualdade racial.

No plano da comunicação social, entretanto, o esforço mais importante da Assessoria de Comunicação Social, em ação conjunta com outros setores do STJ, é a elaboração do anteprojeto da primeira Política de Comunicação Social do STJ, que inclui também a primeira pesquisa de âmbito nacional e dentre ministros e servidores sobre a imagem do Tribunal.

Recursos Humanos

Referencial de Excelência, Educação Corporativa

Está previsto para iniciar em março de 2006 o programa “STJ, Referencial de Excelência”, orientado pela ministra Nancy Andrighi.

Esse programa é parte de uma série de ações integrantes do projeto Educação Corporativa, etapa mais avançada dos processos de aprendizagem desenvolvidos no STJ.

Ainda em 2005, a Secretaria de Recursos Humanos lançou o projeto Educação Corporativa, com o intuito de criar, estruturar e implementar processos de aprendizagem específicos para o desenvolvimento das competências dos servidores do STJ.

A Educação Corporativa é estruturada com base nas vertentes cidadania organizacional, estratégica e funcional:

- Cidadania organizacional – competências identificadas pelos ministros para estimular nos servidores o cumprimento da missão do STJ e a prática dos valores institucionais;
- Estratégica – competências identificadas pelos gestores do STJ a partir da análise do Planejamento Estratégico do Tribunal;
- Funcional – competências técnicas específicas de cada unidade do STJ.

Já foram definidos os programas educacionais da Cidadania Organizacional e Estratégica, bem como estabelecida a matriz de aprendizagem da Secretaria Judiciária.

A Educação Corporativa foi apresentada ao ministro presidente Edson Vidigal para que se instituísse o comitê gestor e fossem designados os ministros orientadores dos programas de Cidadania Organizacional.

É importante destacar que os programas de aprendizagem do projeto Educação Corporativa foram integralmente elaborados em parceria com os dirigentes de unidades do STJ.

Mais horas de treinamento para os servidores

As ações de capacitação compreendem ciclos de palestras jurídicas, jornadas de direito, workshop e encontros para desenvolvimento gerencial, palestras, debates e cursos pela internet, além de seminários e congressos.

Em 2004 foram realizados 264 eventos de capacitação (91 internos e 173 externos), atingindo-se uma média de 29,97 horas de treinamento por servidor. O total atingiu 71.289 horas.



Em 2005 foram realizados 395 eventos de capacitação (87 internos e 250 externos), atingindo-se a média de 41,25 horas de treinamento por servidor.

Em relação a 2004, houve aumento de 37,63% no treinamento per capita.

O total de horas de treinamento aumentou expressivamente – 104.947 horas, mais 47,21% em comparação com 2004.

A Secretaria de Recursos Humanos atualmente avalia a eficiência e a eficácia dos treinamentos técnicos e gerenciais. Os resultados da pesquisa devem orientar o planejamento das atividades do STJ, alinhadas ao Planejamento Estratégico.

Bolsas de Pós-Graduação

Um programa de pós-graduação foi instituído em março de 2005. Na primeira etapa, foram oferecidas 37 bolsas para cursos de pós-graduação lato sensu e outros com carga horária igual ou superior a 360 horas.

Na segunda etapa, iniciada em dezembro de 2005, criou-se a opção para cursos de pós-graduação stricto sensu – mestrado.

Em 2006 foram aprimorados os critérios de seleção e definidas as etapas para oferta de 80 bolsas. A pré-seleção ocorreu em fevereiro com 277 candidatos inscritos.



Nova administração, mudanças estruturais

O início da gestão do ministro presidente Edson Vidigal, em 5 de abril de 2004, provocou impacto significativo nas atividades da Secretaria de Recursos Humanos, envolvendo esforço adicional para a execução de variados procedimentos: dispensa, exoneração, nomeação e designação de titulares de cargos em comissão e funções comissionadas e respectivos substitutos.

O mesmo trabalho se fez em relação aos cargos que tiveram a sua nomenclatura alterada, ainda que neles tenham permanecido os titulares. Outra tarefa imediata e relevante foi a mudança de denominação das unidades, provocada pela reestruturação administrativa.

Com a Lei nº 10.943, de 16 de setembro de 2004, foram criados, no quadro de pessoal do Tribunal, 40 cargos em comissão e 76 funções comissionadas, havendo aumento de 12,36% de funções comissionadas e de 8,84% de cargos em comissão, entre alteração e criação de cargos.

Posse de novos servidores concursados



A partir de 1º de julho de 2004, procedeu-se à posse de 535 servidores aprovados no concurso público realizado no primeiro semestre, entre analistas e técnicos judiciários.

Foram realizados cursos de ambientação para os empossados, com informações básicas sobre o Tribunal: funcionamento e Cadeia de Valor, direitos e deveres funcionais, programas de assistência médica e de qualidade de vida, bem como noções sobre funcionamento e operação de sistemas informatizados.

Antes do treinamento e definição das áreas de lotação, a Secretaria de Recursos Humanos examinou a tendência de comportamento dos novos servidores para adequar o perfil às necessidades das unidades. Empregou-se, nesse trabalho, o método Quantum – software especializado em análise de tendência comportamental.

Encerrada a fase inicial de capacitação dos recém-empossados, procedeu-se à sua lotação nas unidades.

No site do STJ, um quadro detalhado de informações facilitava aos candidatos o acompanhamento das convocações.

Nova tabela de lotação de cargos

A ampliação do quadro de pessoal exigiu a revisão da Tabela de Lotação de Cargos para atingir a meta da Administração, que determinou prioridade no atendimento da área-fim, especialmente de unidades há longo tempo pressionadas pela elevada demanda de serviços.

Com base nessa orientação, dos 517 cargos efetivos providos no período de dezembro de 2003 a julho de 2004, foram destinados 381 à área-fim. A Secretaria Judiciária recebeu 228 servidores e os gabinetes dos ministros, 153.

Plano de carreira do Poder Judiciário

A Secretaria de Recursos Humanos representou o STJ na comissão instituída pelo Supremo Tribunal Federal para a elaboração de proposta de alteração do plano de carreira dos servidores do Poder Judiciário.

Uma inovação importante é a inclusão, nos próximos concursos públicos, de dispositivo que estabelece etapa específica destinada à formação dos futuros servidores para ingresso nas carreiras judiciárias.

Outra inovação é o incentivo ao aperfeiçoamento e qualificação profissional. O novo plano de carreira prevê o adicional de qualificação, uma vantagem diretamente vinculada à participação em eventos de capacitação.

Novas regras para promoção nas carreiras

O ministro presidente Edson Vidigal editou a Resolução nº 19/2005, que estabelece novas regras para o sistema de progressão funcional e promoção dos servidores.

Duas alterações são relevantes:

- 1) A progressão sempre ocorrerá no aniversário de ingresso do servidor no STJ;
- 2) Estabeleceu-se o número mínimo de horas em eventos de capacitação para efeito de promoção, de acordo com a exigência da Lei nº 10475/2002

Mudanças na avaliação dos servidores

Em 2004 houve significativa melhoria no sistema Gestão de Desempenho, composto pelas avaliações de desempenho funcional e de estágio probatório.

Introduziram-se mudanças nos procedimentos para facilitar a atuação de avaliadores e avaliados, principalmente quanto ao estágio probatório, período em que é preciso acompanhar de perto a performance do servidor.



A avaliação, nesse caso, busca verificar se o avaliado tem aptidão para ser confirmado no cargo em que foi investido.

Foi implantada nova versão do sistema informatizado, tendo sido eliminados instrumentos impressos e adotados documentos eletrônicos aos quais se tem acesso por meio de senhas de segurança. Os itens dos formulários estão mais objetivos e fáceis de ler.

O novo sistema dispõe de mecanismos de verificação automática do status das avaliações e envio de e-mails a gerentes e servidores.

Seleções Internas, melhores oportunidades para o servidor



Em fevereiro de 2005, a seleção interna de servidores tornou-se mais dinâmica e transparente. A análise de currículos passou a ser feita unicamente por meio do Banco de Identificação de Talentos (BIT).

Lançado em dezembro de 2004, o BIT é uma ferramenta virtual com dados curriculares dos servidores, que são os responsáveis por sua atualização, tendo obtido ampla adesão do corpo funcional do STJ.

A seleção interna é feita com base em critérios estabelecidos de acordo com a unidade solicitante: análise do currículo do servidor, atualizado pelo BIT, prova prática, análise de perfil comportamental e entrevista.

Em junho de 2005, foi lançada a seleção on line na intranet. Acessando esse link, o servidor pode obter, a qualquer tempo, informações sobre as seleções abertas, inscrever-se, acompanhar as seleções em andamento e as que já foram encerradas.

Para o melhor atendimento das unidades do STJ, a Secretaria de Recursos Humanos buscou melhorar as técnicas de seleção. Por exemplo, procurou-se levantar o perfil desejado para o posto de trabalho por meio de entrevista pessoal com o gerente da unidade que dispõe da vaga, para ajudá-lo a encontrar o “servidor certo para o lugar certo”.

Além disso, implementou-se uma etapa – a entrevista – com o objetivo de verificar o perfil comportamental do candidato, comparando-o com o que estava definido para o destinatário da vaga.

A comunicação é intensificada durante todo o período de processo seletivo. Os servidores que passaram às etapas seguintes de seleção recebem informações claras e objetivas, assim como os eliminados também são avisados.

Houve aumento significativo de processos seletivos internos. Vinte unidades utilizaram esse serviço em 2004.

Em 2005, esse número cresceu para 30 unidades: utilizaram o processo de seleções internas 24 gabinetes de ministros (73% do total de gabinetes), Corte Especial, Núcleo da Qualidade, Assessoria de Comunicação Social – Núcleo Cultural, Núcleo de Planejamento Estratégico e Seção de Planejamento e Consultoria.

Em 2005, 817 servidores concorreram a 99 vagas.

Em novembro de 2005, iniciou-se uma pesquisa nas unidades que contavam com servidor lotado por um período de um a dois meses que fosse oriundo de processo seletivo interno.

Os instrumentos de avaliação foram enviados para sete gabinetes. A clientela inicial da pesquisa foi composta por sete gerentes e sete servidores.

DADOS GERENCIAIS

Itens	Média obtida
Nível de satisfação com o desempenho atual do servidor	4,25
Nível de satisfação com a integração do servidor na unidade	4,25
Nível de satisfação com o serviço de seleção interna	4,00

DADOS DOS SERVIDORES

Itens	Média obtida
Nível de satisfação com o conhecimento que o servidor detém dos desempenhos esperados na execução das tarefas diárias	4,25
Nível de satisfação com a adaptação na unidade	4,25
Nível de satisfação com o serviço de seleção interna	4,75

Nota: a escala variou de 1,0 (muito insatisfeito) a 5,0 (muito satisfeito).

Política de Gestão de Pessoas

A Política de Gestão de Pessoas pretende tornar amplamente conhecidas as diretrizes, os valores e os princípios que norteiam a gestão de pessoas no Tribunal, assim como alinhar as práticas de recursos humanos às estratégias institucionais.

Essa Política traça medidas para promover o entendimento comum do tratamento de questões referentes a pessoal, define regras claras de acesso à informação e de desenvolvimento dos servidores, incluídos os estagiários e o pessoal terceirizado.

Mais informações para os servidores

Mais informações da área de Recursos Humanos foram postas à disposição do corpo funcional por meio do Portal do Servidor na intranet, o qual também pode ser acessado fora do ambiente do Tribunal, utilizando-se a internet. O servidor poderá acompanhar, servindo-se de sistema informatizado, assuntos do seu interesse – processos, requerimentos, solicitações etc. –, que dependam de alguma providência da área de pessoal.

Além disso, investiu-se na capacitação da equipe com a realização de cursos de legislação de pessoal e manipulação de banco de dados, assim como na intensificação do uso dos veículos internos de

comunicação (intranet, informativos impressos e Rádio Comunitária do STJ), evitando-se, sempre que possível, a linguagem técnica, formal, muitas vezes não compreendida pelo servidor.

Gestão por Competências



O projeto foi lançado em 22 de outubro de 2003, na gestão do ministro presidente Nilson Naves e consiste em traçar o perfil de competências dos gestores do Tribunal para melhor direcionamento das ações de desenvolvimento gerencial.

Inicialmente foram identificadas as competências institucionais necessárias ao alcance da missão e visão de futuro do Tribunal, a partir de diagnóstico realizado por meio de workshops com os gerentes estratégicos e servidores da Secretaria de Recursos Humanos.

A seguir, pesquisaram-se as competências gerenciais para viabilizar as competências institucionais, que hoje integram o Dicionário de Competências. Esse trabalho também foi desenvolvido com os gerentes em workshops e com a Secretaria de Recursos Humanos.

Por último, identificaram-se as competências técnicas. Para tal, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- 1) identificação, atualização e validação das atribuições das unidades do Tribunal;
- 2) identificação das competências técnicas por meio do levantamento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das atribuições identificadas.

Sem ligação com os cargos, as competências técnicas estão vinculadas às unidades. No atual estágio do programa, foi concluída a descrição das competências técnicas dos gabinetes dos ministros e da Secretaria Judiciária.

O projeto Gestão por Competências evoluiu naturalmente como mais um instrumento de apoio para concepção e implementação do projeto de Educação Corporativa.

Apoio a estudantes do sistema de cotas para negros

Em 23 de novembro de 2005, foi assinado acordo de cooperação institucional com a Universidade de Brasília para oferecer 40 bolsas de estágios no STJ a estudantes do programa de cotas para negros.

Os estudantes devem estar regularmente matriculados e efetivamente freqüentar os cursos de graduação da Universidade de Brasília.

Estágio Estudantil

O Programa de Estágio do Tribunal, que antes contava com 500 bolsas, ofereceu 653, o que significa aumento de mais 30,60%.

Ao iniciar o estágio, os estudantes participam de Curso de Ambientação, no qual são apresentadas informações gerais sobre o programa de estágio, papel do Tribunal na sociedade, Cadeia de Valor, ética, segurança e transporte.

Em 2005 foram realizados eventos de ambientação dos estagiários: palestra sobre postura profissional, peça teatral sobre drogas – Diga Não! – do grupo Pátria Amada, da Secretaria de Segurança



Pública do Distrito Federal – e o Prêmio STJovem de Redação cujo tema era o uso de drogas.

O Ato nº 41, de 8 de março de 2004, determina que 5% das bolsas de estágio sejam reservados para estudantes com deficiência. Atualmente há 22 estudantes nessa condição – 16 de nível médio e seis de nível superior. Esse número é resultado de campanhas realizadas no biênio 2004-2005 e dirigidas ao corpo gerencial sobre a contratação de estagiários com deficiência.

As campanhas incluem cartazes, cartões postais e publicação na intranet de reportagens e depoimentos dos gestores das áreas que já trabalham com deficientes.

Pesquisa de Clima Organizacional

O objetivo é medir o grau de satisfação de servidores, estagiários e funcionários de empresas terceirizadas. Os resultados servem de base ao planejamento e à implementação de ações em nível institucional, gerencial ou pessoal para a melhoria do clima da organização.



O ministro presidente Edson Vidigal criou o Comitê Gestor do Clima Organizacional, dirigido pelo diretor-geral e composto pelos secretários de Recursos Humanos, de Tecnologia da Informação e das Comunicações, Judiciária, Administração e Finanças e pela Assessoria de Planejamento, Organização e Estatística.

Pesquisa de satisfação dos clientes de Recursos Humanos

A meta era aumentar a qualidade do atendimento para atingir 90% de satisfação dos usuários até novembro de 2005. Para chegar a

essa meta, foram revistas as perguntas das pesquisas de 2003 e 2004 e proposto um novo questionário em 2005.

A nova pesquisa buscou avaliar o nível de satisfação dos clientes quanto à cortesia, exatidão da informação e solução de problemas.

Foram acrescentadas perguntas sobre a percepção do cliente quanto à disponibilidade de informação e à divulgação de temas relativos à unidade.

A mais recente pesquisa de satisfação foi inserida na intranet do STJ no período de 18 de maio a 18 de junho de 2005. O resultado foi 82% de satisfação da clientela da Secretaria de Recursos Humanos.

Comprometimento social do STJ

Empreendimentos de alcance social mereceram a atenção da Secretaria de Recursos Humanos, que colocou em prática quatro projetos – Inclusão Digital, Escolarização, STJ Ambiental, Voluntariado – e o programa de Estágio Não-Remunerado.

Estágio Não-Remunerado

O Estágio Não-Remunerado proporciona a estudantes de Direito de todo o País, que já estejam cursando o 5º semestre – com exceção de residentes no Distrito Federal –, o desenvolvimento de habilidades técnicas, a aplicação de conhecimentos teóricos e, principalmente, a vivência prática de atividades relacionadas à sua formação profissional.

Criado em 2 de julho de 2004, já em sua quinta edição, o Estágio Não-Remunerado é uma complementação do ensino de Direito, de aprendizagem teórica e prática e de convivência com estudantes de outras regiões e culturas.

As inscrições são feitas pela internet nos meses de maio e novembro. O estágio é realizado nos meses de janeiro e julho. No encerramento, os estudantes assistem a uma sessão da Corte Especial.

O STJ não custeia despesas, não paga bolsas de estudo e não oferece quaisquer outras vantagens, além da vivência prática do funcionamento da Corte. Na conclusão do período de estágio, o estudante recebe um certificado em que são computadas as horas de participação nas atividades.

Os estagiários desenvolvem atividades nos gabinetes dos ministros e na Secretaria Judiciária – nas Coordenadorias dos órgãos julgadores (Seções e Turmas e Corte Especial) e na Subsecretaria de Autuação, Classificação e Encaminhamento.

Em Brasília, os alunos visitam o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal Superior do Trabalho e o Superior Tribunal Militar, a Procuradoria-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Ministério das Relações Exteriores, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Sem ônus para o STJ, os estagiários também conhecem pontos turísticos de Brasília, acompanhados pela senhora Mônica Taveira, guia voluntária, servidora aposentada da Secretaria de Turismo do Governo do Distrito Federal.



No biênio 2004-2005, nas quatro edições, o Estágio Não-Remunerado atendeu a 129 estudantes (média de 32 alunos por estágio), oriundos de 23 unidades da Federação.

Da primeira turma, em julho de 2004, participaram 21 estagiários. Esse número aumentou para 46 alunos na quarta turma, em janeiro de 2006.

A maioria dos estagiários é de Minas Gerais (25), seguido pelo Rio Grande do Sul (15), São Paulo (14), Espírito Santo (12) e Paraná (10).

Dos estados distantes de Brasília – regiões Norte e Nordeste – os que mais atraíram estudantes de Direito foram Amazonas (6) e Paraíba (6).

Os estados que participaram com um estudante foram Pará, Alagoas, Tocantins, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Inclusão Digital

O projeto Inclusão Digital foi criado para atender os funcionários das empresas terceirizadas do STJ, em 2002, na gestão do ministro presidente Nilson Neves, com o objetivo de oferecer-lhes instrução básica para o uso de equipamentos de informática e de seus recursos.

Em 2004, os alunos aprenderam a digitar e tiveram noções básicas de Windows, Word e Power Point.

Já em 2005, eles optaram apenas pelo aprendizado de digitação.

Mais de 500 funcionários participaram do programa Inclusão Digital desde o seu lançamento.

Nos testes de aproveitamento, 98% dos alunos conseguiram rendimento satisfatório, tornando-se aptos a bem utilizar as técnicas aprendidas.

Voluntariado

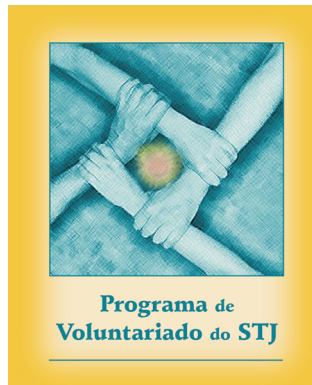
No programa lançado em maio de 2005 pelo ministro presidente Edson Vidigal, os voluntários desenvolvem atividades específicas, segundo as áreas de sua formação, em setores e tarefas de interesse do STJ.

O voluntário aprende, na prática, como funciona, o que faz uma Corte Superior, ou faz pesquisas e avança em seu estágio de conhe-

cimento. Dois voluntários eram em nível de mestrado. No outro extremo, outros dois voluntários ainda não haviam concluído o segundo grau.

Cada unidade do STJ define o perfil do voluntário que se adequaria às atividades do setor. A seleção é feita pela Secretaria de Recursos Humanos.

Somente são aceitas inscrições de candidatos residentes em Brasília. Candidatos de outros estados são orientados a se inscrever no programa de Estágio Não-Remunerado.



De maio de 2005 a janeiro de 2006, os 34 voluntários trabalharam, em média, 17 horas por mês.

As tarefas realizaram-se em seis gabinetes de ministros, na Ouvidoria-Geral, na Secretaria Judiciária – Coordenadoria da 1ª Seção, na Secretaria de Documentação e no Núcleo Cultural da Assessoria de Comunicação Social.

STJ Ambiental

O STJ Ambiental teve início em 2004, na gestão do ministro presidente Nilson Naves, com a assinatura do termo de cooperação entre o STJ e a Amigos do Futuro, uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público).

A Amigos do Futuro analisou os tipos e formas de resíduos, a quantidade necessária de coletores para a coleta seletiva nas unidades do STJ e foram treinados 198 funcionários das empresas prestadoras de serviço.

Cinco conjuntos padrão de coletores de lixo (papel, plástico, metal e vidro) foram dispostos nas entradas dos prédios do STJ. Em quase



todo o Tribunal hoje se faz a coleta seletiva – basicamente papel e plástico –, que depois é entregue a uma cooperativa de catadores.

Em parceria com outros órgãos públicos, o STJ participa da rede A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública). Um fórum de licitações sustentáveis foi realizado em 2005 para maior conscientização dos gestores públicos quanto à responsabilidade de suas instituições na preservação ambiental. Por exemplo, o incentivo à compra de papel reciclado e a criação de um grupo para desenvolvimento do programa educação ambiental em todos os órgãos públicos.

O Núcleo de Qualidade do STJ, em parceria com a Secretaria de Saúde e Benefícios, está planejando a adequação do STJ Ambiental às ações e requisitos para a certificação de qualidade ISO 14.000.

Escolarização Supletiva

A Escolarização Supletiva no STJ atendeu 417 alunos desde o lançamento do programa em 2000, na gestão do ministro presidente Costa Leite, até dezembro de 2005.

Em parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi-Senai do Distrito Federal) e com a Associação dos Servidores do STJ e com o patrocínio da Caixa Econômica Federal, a Escolarização Supletiva adota o método Telecurso 2.000, da Fundação Roberto Marinho.

Em 2005, duas turmas de ensino médio – 54 alunos – iniciaram a Escolarização Supletiva, sendo que 40 estudantes já participavam do programa. Mais 17 alunos também iniciaram o curso preparatório para ingresso no ensino fundamental.

Em março de 2006 está prevista a formatura de uma turma de 24 alunos do ensino fundamental.

Mais uma turma do curso preparatório para o ingresso no ensino fundamental, em parceria com a ASSTJ, está prevista para março de 2006.

Se contabilizadas as atuais turmas, foram realizados cursos para cinco turmas de ensino fundamental, cinco de ensino médio, três de alfabetização e dois de pós-alfabetização.

Entre os resultados positivos que confirmam o sucesso da Escolarização Supletiva citam-se os seguintes:

- baixo índice de evasão – 10%;
- alto índice de aprovação nos níveis cursados – 95,5%;
- de 91 alfabetizados, 61 continuaram os estudos, ingressando no ensino fundamental;
- 30 alunos prosseguiram em cursos de pós-alfabetização;
- aprovação de 81 alunos no ensino fundamental, em quatro turmas;
- aprovação de 69 alunos no ensino médio, em três turmas;
- aprovação de três alunos no vestibular de 2003: curso de Secretariado – Faculdade Cecap, de Brasília; curso de Gestão Pública – Faculdade Formosa, de Goiás; curso de Direito – Faculdade Euroamericana, de Brasília).

A experiência bem sucedida da Escolarização Supletiva no STJ comprova a eficácia da Educação de Jovens e Adultos (EJA) pelo método Telecurso 2.000, de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional da Educação.



Qualidade de Vida



Mais servidores do STJ aderiram ao programa Qualidade de Vida.

Em 2004, registraram-se 3.423 participações nos projetos Vida Ativa, Torneio de Tênis, Encontro de Corredores, Coral Corte em Canto, Saúde Financeira, Encontro Ecológico, Sexta Viva, Caminhada da Lua e Ginástica Laboral.

Em 2005, essas participações aumentaram para 4.047, com incremento de 18,22%

No Projeto Vida Ativa, em 2005, foram oferecidas as modalidades de alongamento, ginástica localizada, jump fit, ioga, capoeira, aikidô, dança de salão, natação, hidrogenástica e tai chi chuan. Participaram 215 servidores.

O Torneio de Tênis contou com a participação de dez ministros dos Tribunais Superiores. Em 2004, foram 98 tenistas. Em 2005, o número cresceu para 137. O Encontro de Corredores somou 178 atletas em 2005 contra 131 em 2004.

O projeto Saúde Financeira experimentou uma importante evolução com a liberação de recursos do orçamento de capacitação do Tribunal, disponibilizando duas turmas do Curso de Gestão das Finanças Pessoais. Foram atendidos 45 servidores do STJ e 10 do Conselho da Justiça Federal. A parceria com o Conselho da Justiça Federal deverá também liberar recursos do seu orçamento de treinamento para disponibilizar novas turmas para estudos sobre esse tema em 2006.

O projeto Ginástica Laboral hoje atende 46 unidades com a participação de 400 servidores em média, por semana.



Modernização Tecnológica

Nova rede de comunicação de dados

A rede de comunicação de dados do STJ foi atualizada para oferecer novos serviços e funções, entre eles a rede sem fio – wireless –, prevista para ser inaugurada ainda no primeiro trimestre de 2006.

Novos servidores de rede e solução de armazenamento – adquiridos em dezembro de 2005 – possibilitam o suporte de projetos estratégicos em andamento no STJ, assim como permitem a criação de um ambiente de contingência que impede uma eventual paralisação dos serviços de informática atualmente utilizados.

A compra de microcomputadores, notebooks, impressoras monocromáticas e coloridas suprirá a carência hoje existente e a atualização de equipamentos que estão fora de garantia.

Novo Portal

O projeto do novo Portal do STJ teve início em novembro de 2005 com previsão de lançamento para o primeiro semestre de 2006.

Diário de Justiça on line

A entrada em operação do Diário da Justiça on-line só depende da aprovação do projeto de lei que regulamenta a publicação eletrônica de atos oficiais.

A implementação do DJ on-line economizará R\$ 5 milhões por ano, que seriam gastos em papel e na compra de assinaturas do Diário da Justiça impresso.

Na prática, a medida trará mais agilidade e mais economia para a comunicação de atos processuais, além de criar a possibilidade de a prestação jurisdicional ser integralmente digital.

Chancela Eletrônica

Em setembro de 2005, foi colocada em produção a Chancela Eletrônica, que permite o uso da assinatura digitalizada nos documentos produzidos pelo Sistema Justiça.

O módulo de assinatura com Chancela Eletrônica prepara o lote de documentos a serem assinados pelos ministros. Para garantir maior segurança, foi implementada uma solução utilizando um dispositivo biométrico no qual é gravada a digital do ministro.

No ato da assinatura, o sistema solicita essa identificação biométrica, assegurando, assim, que o processo de assinatura/rubrica dos documentos seja legítimo.

Após a assinatura, os documentos ficam disponíveis para impressão, mas apenas dentro do sistema, aos usuários autorizados pelos ministros. Essa autorização também é concedida por meio da biometria. A assinatura é gerada dinamicamente como uma marca d'água, protegida por criptografia, e não permanece nos documentos.

No atual estágio, o módulo Chancela Eletrônica está sendo testado em quatro gabinetes de ministros, mas, com a recente aquisição de impressoras coloridas de alta velocidade, deverá ser disponibilizada para todos os gabinetes ainda em 2006.

Automação das Sessões de Julgamento

O projeto cria e disponibiliza infra-estrutura e funções para agilizar os serviços realizados nas sessões de julgamento pelos ministros, presidentes dos órgãos julgadores, secretários, subsecretários e advogados.

As funcionalidades do sistema de automação integram-se aos procedimentos dos gabinetes dos ministros e ao sistema de acompanhamento processual.

Está concluída a etapa que disponibiliza, eletronicamente, relatório e voto aos ministros que participam das sessões de julgamento.

Na etapa seguinte, uma resolução interna do STJ regulamentará esse procedimento.

Intimação on line

Por meio desse projeto, faz-se a intimação via eletrônica com comprovante de recebimento, o que acelera os procedimentos processuais, economiza papel e facilita o envio de maior número de documentos.

As intimações enviadas à Advocacia-Geral da União (AGU), Fazenda Nacional, Ministério Público, INSS demandam quantidade elevada de cópias e um procedimento cartorário que ocupa muitos servidores para conferência de documentos e despachos de ambos os lados.

Com a implantação desse projeto, os custos serão reduzidos e ficará mais fácil o recebimento das intimações.

O projeto Intimação on line depende de manifestação da Fazenda Nacional quanto à sua aceitação.

Cadastro Eletrônico de Advogados

O projeto consiste no intercâmbio com a base de dados de advogados da Ordem de Advogados do Brasil (OAB). Essa base contém o cadastro de advogados com restrição ao exercício da profissão – suspensos, reabilitados e impedidos.

Com a implantação desse serviço de consulta, espera-se que haja maior segurança para as partes com relação à representação processual e compartilhamento da base de dados em nível federal, estadual e municipal, evitando-se, assim, que o cidadão seja atendido por profissional inabilitado.

O STJ aguarda a assinatura de convênio com a OaB para que seja liberado o uso da base de dados dessa instituição.

Sessões de Julgamento pela intranet

Foi implantada solução de digitalização de áudio e vídeo para captação, armazenamento e divulgação das sessões de julgamento do STJ, bem como de outros eventos.

O apanhamento taquigráfico passará a ser realizado nas cabines instaladas na Subsecretaria de Taquigrafia. A operação dessa nova sistemática está prevista para o primeiro semestre de 2006.

Gerenciamento Eletrônico de Documentos

O projeto de Gerenciamento Eletrônico cria repositório único para armazenamento de dados não estruturados (planilhas, arqui-

vos, imagens, vídeos), provendo recursos de indexação, consultas, padronização de documentos, categorização, segurança e tempo de retenção.

Por meio de sistema eletrônico, será disponibilizada interface de fácil utilização para o armazenamento e recuperação de documentos, o que garante segurança no armazenamento, facilita e acelera o processo de localização de documentos. Foi adquirido software específico, essencial à implantação desse projeto.

Segurança da Informação e das Comunicações

O projeto pretende fortalecer a infra-estrutura de Segurança da Informação e Comunicações dos sistemas do STJ, com prioridade para o Sistema Justiça e os escritórios remotos – residências dos ministros –, por meio da implantação de uma política de segurança consistente, da implementação do conceito de estação segura e do uso intensivo de técnicas de criptografia, controles biométricos, controles de acesso e certificação digital.

Essa política de segurança da informação e das comunicações possibilita a adoção e implementação de técnicas e soluções de disponibilidade, integridade, confiabilidade e autenticidade da informação.

No âmbito da segurança da informação e das comunicações foi adotado o conceito de estação segura. Já foram instaladas 300 delas e há previsão de expansão para todas as estações do STJ ainda no primeiro semestre.

Além disso, uma série de ações está sendo implementada:

- Melhoria das ferramentas de controle de acesso, destacando-se a solução anti-spam – baseada em software livre –, para

evitar o recebimento de mensagens eletrônicas não solicitadas e invasões pela internet.

- sistema de gerenciamento de aplicação de correções de segurança para as plataformas existentes.
- análise de risco inicial do ambiente de Tecnologia da Informação e das Comunicações, com base em ferramenta específica. As correções necessárias estão em fase de implementação.

A Política de Segurança da Informação e das Comunicações será objeto de uma resolução específica do STJ, atualmente em fase de aprovação.

Integração com outros órgãos do Poder Judiciário

Um integrador de dados foi desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação e das Comunicações em software livre e está sendo utilizado em caráter experimental, para troca de dados entre o STJ e outros órgãos do Judiciário – Tribunal Superior Eleitoral, Tribunais Regionais Federais da 1ª, 2ª e 4ª regiões e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Assim que for concluída a fase experimental, mais instituições também poderão fazer uso desse integrador de dados.

Distribuição remota

O ministro presidente Edson Vidigal distribui processos a distância, de qualquer lugar do planeta. Equipado com um notebook no qual foram introduzidos alguns mecanismos para ampliar a segurança, o ministro presidente acessa a rede do STJ e faz a distribuição.

Em 25 de novembro de 2004, da Espanha, onde participava do Encontro de Informação e Documentação Judicial, o Ministro Cesar Asfor Rocha fez a primeira distribuição do STJ do exterior. Seiscentos e noventa e oito processos foram distribuídos aos ministros diretamente da Europa.

Certidão de andamento processual on-line

Mais conhecida pelos usuários como “certidão de pé”, a certidão de andamento processual on-line representa uma importante evolução.

Uma certidão hoje é solicitada pessoalmente, com entrega em até três dias. A partir da informatização, esse documento poderá ser obtido por meio da internet, em segundos. É mais eficaz e rápido para o advogado, mais econômico para as partes.

A partir do lançamento, em março de 2005, até fevereiro de 2006, foram expedidas 131.964 certidões.

Projeto Certificação Digital

O objetivo do projeto de Certificação Digital é garantir autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em formato eletrônico – texto, dados, imagem e voz – e na realização segura de transações eletrônicas.

Em fevereiro de 2005, foi criada a Autoridade Certificadora dos sistemas da Justiça Federal – AC-Jus –, abrangendo o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho da Justiça Federal e a Justiça Federal.

É importante ressaltar que a criação da AC-Jus partiu de uma resolução dessas instituições, iniciativa pioneira no Poder Judiciário brasileiro.

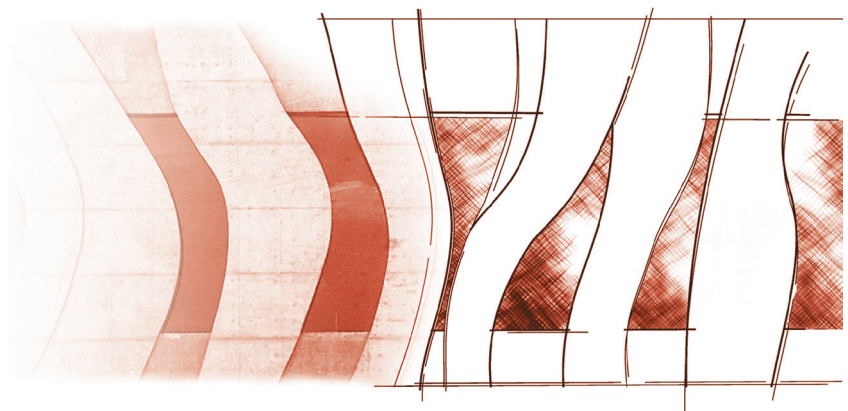
Outro feito inédito da AC-Jus é ter sido a primeira experiência do gênero no Poder Judiciário em todo o mundo.

A AC-Jus foi então credenciada junto à ICP-Brasil (Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira), como uma autoridade de caráter normativo e no primeiro nível da cadeia de certificação em âmbito nacional.

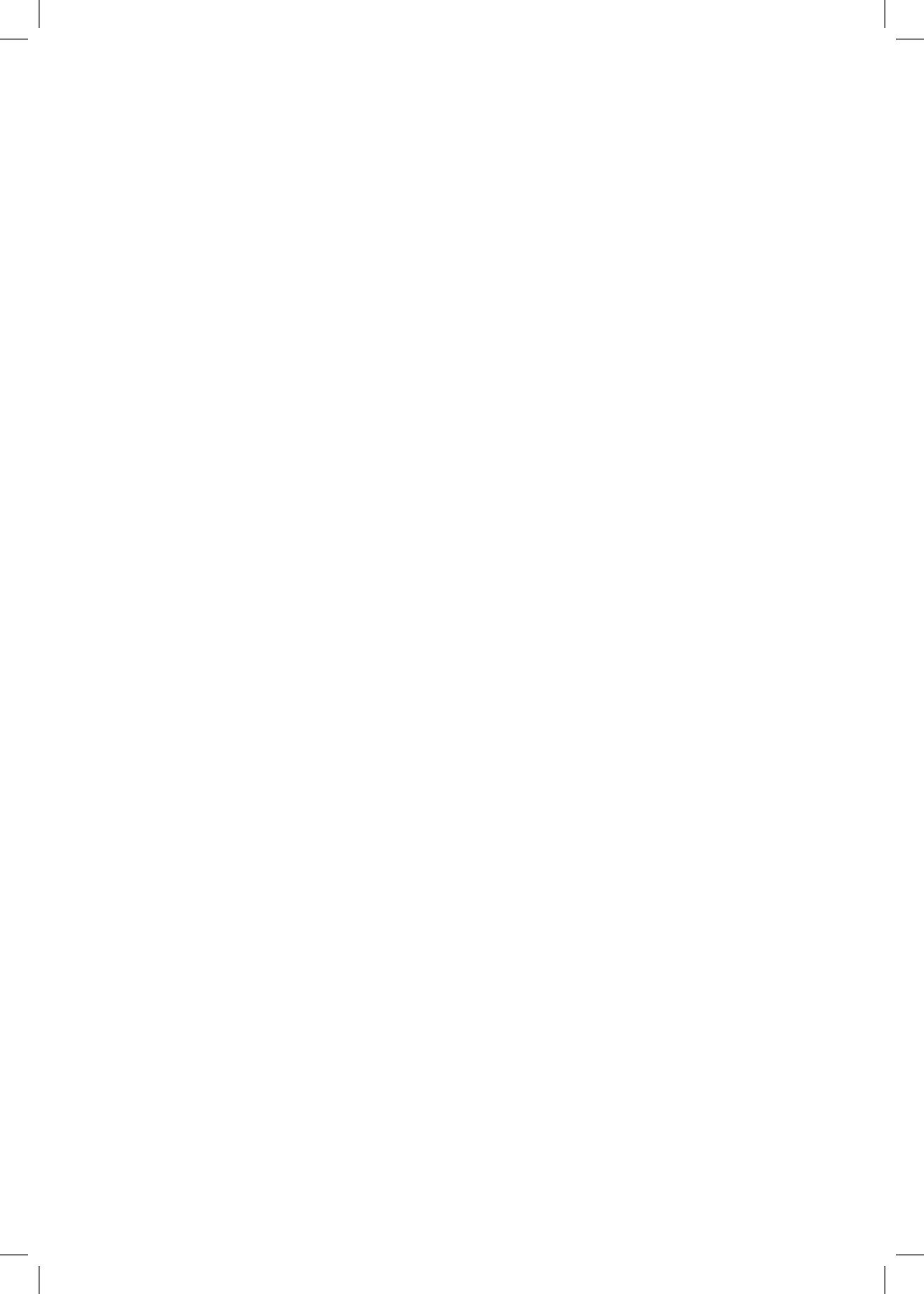
A iniciativa bem sucedida fez com que todos os Tribunais Superiores e o Conselho Nacional de Justiça aderissem à AC-Jus, o que provocou a necessidade de alterações em suas regras básicas, no Comitê Gestor da AC-Jus, no Comitê Técnico e na nova geração de chave privada da AC-Jus.

Por essa razão, um novo cronograma para emissão e utilização de certificados agora está previsto para o primeiro semestre de 2006.

No atual estágio do projeto de Certificação Digital, uma série de aplicações está sendo desenvolvida e/ou modificada para uso de certificados digitais em todo o Poder Judiciário.



Informações Adicionais



Gabinete da Presidência

A Secretaria do Gabinete da Presidência trabalhou na preparação e classificação de documentos, na revisão de textos oficiais e normativos da Secretaria do Tribunal, de outras unidades do STJ e do Conselho da Justiça Federal, assim como cuidou da agenda dos compromissos oficiais, entrevistas e audiências do presidente.

Estão subordinadas à Secretaria do Gabinete da Presidência, entre outras unidades, a Secretaria Judiciária, a Assessoria de Cerimonial, Relações Públicas e Internacionais e a Assessoria de Assuntos Parlamentares.

A Secretaria igualmente apoiou o trabalho da Assessoria Especial da Presidência, respondendo pelo trâmite dos feitos submetidos ao ministro presidente Edson Vidigal e por sua distribuição para análise dos assessores.

Em 2004 foram proferidos pelo ministro presidente Edson Vidigal 5.817 despachos e decisões.

Em 2005, esse número aumentou nada menos que 115,27%, com 12.522 decisões e despachos proferidos.

Secretaria Judiciária

Recorde na distribuição de processos

A meta de colocar o serviço em dia foi alcançada.

A Secretaria Judiciária hoje trabalha com os processos recebidos no dia. Para atingir esse objetivo, o setor foi reestruturado com a Subsecretaria de Autuação, Classificação e Encaminhamento

atuando por área de especialização e com a adoção de novo método de trabalho.

Houve também a ampliação da distribuição diária de processos, que hoje ocorre três vezes ao dia.

Se, até meados de 2004, persistia um acervo de 45 mil processos nos depósitos da Secretaria Judiciária, a tramitação dos feitos atualmente é mais célere até chegar à distribuição, sem o auxílio de serviço extraordinário.

O procedimento de autuação, classificação e distribuição dos processos de competência originária do STJ mantém sua certificação de qualidade de acordo com a Norma ISO 9001/2000.

Em 2004, foram julgados 241.309 processos, recebidos 178.365 e autuados 197.441. Foram distribuídos 242.011, incluídos os redistribuídos e atribuídos.



Já em 2005, foram recebidos 221.023 processos e autuados 215.607, sendo distribuídos 223.397. Aqui também se incluem os processos redistribuídos e atribuídos.

A diferença a mais nos processos distribuídos ocorre, em comparação aos originários, porque estes são interpostos diretamente no STJ, assim como os recursos incidentes e o passivo existente.

Mais rapidez na execução judicial – acesso ao Bacen Jud

Foram substancialmente reduzidos os custos com recursos humanos e materiais no processamento manual de mais de 600 ofícios enviados diariamente pelo Judiciário ao Banco Central.

Dois servidores da Secretaria Judiciária integram a comissão responsável pelos ajustes, entre o Banco Central e o Poder Judiciário, do sistema Bacen Jud, que consiste na solicitação de informações financeiras, via internet, para facilitar o acesso ao Sistema Financeiro Nacional.

De posse de uma senha previamente cadastrada, o magistrado preenche um formulário na internet e solicita as informações necessárias ao processo. O Bacen Jud, então, repassa automaticamente as ordens judiciais aos bancos, diminuindo o tempo de tramitação. No trânsito das informações entre a Justiça, o Banco Central e as instituições financeiras, é garantida a máxima segurança com a utilização de sofisticada tecnologia de criptografia de dados.

Encaminhamento mais ágil às Cortes de origem

Em 24 horas, no máximo, os feitos julgados em grau de recurso pelo STJ foram encaminhados de volta às Cortes de origem, para os estados que dispõem de malotes diários.

Os processos enviados aos estados que dispõem de malotes em dias alternados foram encaminhados em 48 horas.

O encaminhamento, assim como o recebimento de malotes de processos, faz-se por intermédio de convênio com os Correios.

Rapidez na postagem

Todas as correspondências recebidas até às 15 horas foram postadas no mesmo dia. As demais, no prazo máximo de 24 horas.

Em 2004, a remessa das publicações do STJ e de quaisquer outros papéis e impressos que a Corte necessitou expedir por via postal atingiu a marca de 160.166 correspondências e 6.441 encomendas Sedex.

Em 2005 esses números aumentaram substancialmente: 193.420 correspondências (mais 20,27%) e 10.336 encomendas Sedex (mais 60,47%).

O total no biênio 2004-2005 foi de 353.856 correspondências e 16.777 encomendas.

Economia na remessa de mensagens

Em passado recente, as comunicações oficiais eram transmitidas por telex, um método antiquado e caro.

A partir de 2004, após a mudança da forma de remessa da documentação para telegrama, via internet, a transmissão de mensagens trouxe uma substancial economia de tempo e dinheiro.

Em 2004, foram transmitidos 8.878 telegramas pelo sistema eletrônico de envio de mensagem, entregues a seus destinatários em todo o País, por intermédio de convênio com os Correios.

Em 2005, esse sistema eletrônico transmitiu 14.664 telegramas – aumento de 65,17%.

Maior produtividade na Taquigrafia

Em 2004, a Subsecretaria de Taquigrafia produziu 1.200 fitas magnéticas, perfazendo 5.400 horas de gravação, entre sessões ordinárias e extraordinárias, bem como outros eventos correlacionados ao STJ.

Foram gravados e digitalizados 871 cd roms e 107 dvds.

A produção de notas taquigráficas atingiu o equivalente a 51.345 folhas.

Em 2005, foram produzidas 1.184 fitas magnéticas de videocassete, perfazendo um total de 5.199 horas de gravação, entre sessões ordinárias e extraordinárias, assim como de outros eventos relacionados ao STJ.

Esse trabalho envolveu a gravação e digitalização de 1.891 cd roms e 36 dvds com 53.333 folhas de notas taquigráficas.

Projeto de transmissão ao vivo das sessões de julgamento

A Secretaria Judiciária participou da elaboração do projeto de transmissão das sessões de julgamento por meio da digitalização de som e imagem. A licitação foi realizada em 7 de dezembro de 2004.

Publicações no Diário da Justiça, intimações e citações

Em 2004, foram enviados 271.156 documentos para publicação no Diário da Justiça resultando em 11.420 intimações e 256 citações efetuadas por três oficiais de justiça. Esses oficiais recebem ajuda de custo apenas para gastos de combustível, já que as diligências são feitas em carro particular.

Em 2005, a Secretaria Judiciária enviou 309.573 documentos para publicação no Diário da Justiça – incremento de 14,16%. Agora, com mais oficiais de justiça, 6 servidores, a produtividade também cresceu: 14.753 intimações – aumento de 29,18% – e 254 citações. Apenas duas citações a menos.

Precatórios pagos e pendentes

Em 2004, foram processados, expedidos e pagos três precatórios que somaram a quantia de R\$ 911.324,55.

Dos precatórios inscritos no orçamento do exercício de 2004, ficaram pendentes de pagamento os de número 95 e 96 e os de número 100 ao 103, que estão em fase de diligência requerida pelo Ministério Público Federal. Os valores requisitados importam no montante de R\$ 1.401.946,38, sem a atualização monetária prevista no art. 100, § 1º, da Constituição Federal.

Em 2005, a Secretaria Judiciária processou, expediu e pagou 51 precatórios no valor total de 8 milhões e 9 mil reais.

Curso de Práticas Cartorárias

Em 2004, em conjunto com a Secretaria de Recursos Humanos, realizou-se o primeiro curso de Práticas Cartorárias para 67 servidores. Em 2005, no segundo curso, foram treinados mais 66 servidores.

Por meio de Práticas Cartorárias, procura-se explicar como e onde o servidor da Secretaria Judiciária integra a Cadeia de Valor do STJ.

Os objetivos são o de conscientizar o servidor da função precípua do STJ, demonstrar a relevância da prestação jurisdicional em todas as suas etapas e de homogeneizar o conhecimento dos procedimentos cartorários na Secretaria Judiciária.

Ciclo de Palestras Jurídicas com Ministros do STJ

Em agosto e setembro de 2004, a Secretaria Judiciária organizou palestras dos ministros do Superior Tribunal de Justiça especialmente para os servidores do Tribunal.



Assim, eles tiveram a oportunidade de conhecer mais e melhorar a produção intelectual e a jurisprudência que se reflete no pensamento dos ministros. Esses dois Ciclos de Palestras Jurídicas contaram com a participação de 201 servidores.

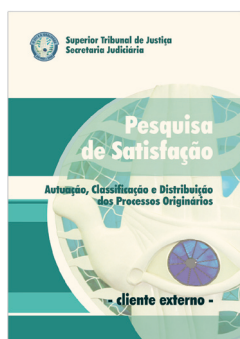
Novos projetos de melhoria da Secretaria Judiciária

A Secretaria Judiciária também adotou modelos de gestão segundo o método adotado pelo Núcleo de Planejamento Estratégico.

Estes são alguns dos projetos em desenvolvimento:

- 1) Protocolo Postal Judiciário
- 2) Redução no Tempo de Tramitação dos Processos
- 3) Malote Digital
- 1) Intimação On-line
- 2) Cadastro Eletrônico de Advogados
- 3) Publicação de Acórdãos e Decisões On-line
- 4) Taquigrafia Eletrônica.

Pesquisa de Satisfação do Cliente



No projeto Pesquisa de Satisfação do Cliente, foram desenvolvidos meios de avaliação dos serviços prestados em cada área, por meio de formulários preenchidos pelos usuários.

A cada mês são realizadas pesquisas para medir o índice de satisfação do usuário de acordo com os requisitos exigidos pelas normas de certificação de qualidade ISO 9001/2000.

Esse projeto é apoiado pelo Núcleo de Planejamento Estratégico e pelo Núcleo da Qualidade.

Secretaria de Jurisprudência

Nova estrutura da Secretaria de Jurisprudência

A alteração da estrutura orgânica do Superior Tribunal de Justiça Resolução no 8, de 18 de março de 2005 possibilitou à Secretaria de Jurisprudência contar com mais duas unidades: a Seção de Apoio e Divulgação (Seadiv) e a Seção de Manutenção de Tesouro (Setesa).

A extinção, em abril de 2004, de duas divisões que compunham a Secretaria, e a conseqüente exoneração dos diretores de divisão originaram um obstáculo para a coordenação dos trabalhos desenvolvidos pelas seções. A vinculação direta das seções com o secretário – que não dispunha de uma equipe que o assistisse nas tarefas de coordenação – impedia o bom desempenho da Secretaria de Jurisprudência.

Foi, então, sugerida a criação da Seadiv, com a incumbência precípua de prestar apoio ao gabinete da Secretaria, além de divulgar os serviços prestados, realizar o treinamento de servidores e estagiários e os cursos de pesquisa e zelar pela integração dos servidores.

A criação da Setesa foi necessária para aprimorar a Seção de Revisão, que acumulava encargos além de suas atividades em razão do constante aumento no número de acórdãos publicados. A nova seção tornou possível a melhor coordenação e acompanhamento das atividades de manutenção do tesouro, a análise mais precisa das solicitações de criação de novos termos, a constante revisão dos termos existentes e a atualização e a revisão da base de dados.

A Secretaria de Jurisprudência passou a contar com um gerenciamento específico para o Vocabulário Jurídico Controlado (Tesouro Jurídico), imprescindível ao trabalho de análise e indexação.

Produção da Secretaria de Jurisprudência

No biênio 2004-2005, a produção da Secretaria de Jurisprudência pode ser assim resumida:

- 132.516 acórdãos inseridos na base de dados (56.235 principais e 76.281 sucessivos)
- 437.917 decisões monocráticas
- 38.009 pesquisas realizadas
 - 30.328 enviadas por e-mail
 - 2.941 solicitadas por gabinetes
 - 3.380 solicitadas por advogados
 - 1.450 solicitadas por órgãos públicos e servidores
- 58.828 acórdãos analisados (9.098 acórdãos indexados, 39.404 com triagem diferenciada e 10.326 com ementa satisfativa)
- 34.463 análises revistas
- 3.880 e-mails recebidos/respondidos, excetuados os de solicitação de pesquisa

Quadro Comparativo 2004 a 2005

	2004	2005	Total
Acórdãos inseridos na base de dados	61.272	71.244	132.516
Decisões monocráticas publicadas	206.147	231.770	437.917
Pesquisas realizadas	19.887	18.122	38.009
Pesquisas por e-mail	15.925	14.313	30.238
Acórdãos analisados	27.105	31.723	58.828
Acessos à página da Jurisprudência	52.658.467	115.210.535	167.869.002

Mapa de Produção – Análise de Acórdãos

Meses	Janeiro		Fevereiro		Marco		Abril	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Indexados	300	233	591	355	636	393	369	452
Triagem diferenciada	712	1179	1.143	1580	1.521	1575	1.156	2157
Vide ementa	207	378	308	345	717	439	328	502
Total	1.219	1790	2.042	2280	2.874	2407	1.853	3111

Meses	Maio		Junho		Julho		Agosto	
Anos	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Indexados	611	348	637	377	358	259	358	333
Triagem diferenciada	1.156	1858	1.402	1784	1.341	1466	1.472	1980
Vide ementa	557	336	411	440	357	408	575	371
Total	2.324	2542	2.450	2601	2.056	2133	2.405	2684

Meses	Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro	
Anos	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Indexados	462	288	317	343	393	348	234	110
Triagem diferenciada	1.955	3192	1.470	2220	1.804	2385	929	1957
Vide ementa	620	322	528	317	585	304	585	389
Total	3.037	3802	2.315	2880	2.782	3037	1.748	2456

	2004	2005
Total de acórdãos processados (indexados + TDs + VEs)	27.105	31.723
Total de acórdãos analisados (Indexados + TDs)	21.327	27.172

Pesquisa de Jurisprudência é padrão para acesso pela internet

Em resposta à pesquisa de opinião com mais de 3.000 usuários realizada no período de 3 a 28 de novembro de 2003, foi lançada, em fevereiro de 2004, uma nova página de pesquisa na internet/intranet.

As mudanças buscaram facilitar o acesso ao banco de dados de jurisprudência do STJ, número que se ampliou de forma notável.

No biênio 2004-2005, por exemplo, o número de acessos à página de Jurisprudência – 167.869.002 – representou 25,91% (mais de 1/4) dos 647.748.544 acessos ao site do STJ

A nova página foi elaborada com vistas ao aperfeiçoamento da pesquisa virtual. Além das inovações e facilidades implantadas, o usuário dispõe, ainda, na própria página, do SOS Pesquisa, com orientações de como melhor utilizar o serviço.

Em 20 de fevereiro de 2006, essa página agregou novas ferramentas de recuperação às que já existiam, em consenso com a Co-

missão de Uniformização instituída, em 2005, a partir de iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF).

A página de pesquisa do STJ foi adotada como padrão para essa uniformização. Muitas das ferramentas que serão disponibilizadas por outros Tribunais já integravam a pesquisa do STJ.

A comissão foi integrada pelo STJ, Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior Eleitoral, Superior Tribunal Militar, Tribunal Regional Federal da 1ª Região e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

A uniformização facilita o acesso da comunidade jurídica à jurisprudência dos diferentes tribunais, uma vez que as ferramentas utilizadas, dentro das possibilidades técnicas de cada um, são idênticas, o que agiliza a navegação e a pesquisa.

Tabela de acessos ao site do STJ/acessos à Jurisprudência

Mês	Total de acessos em 2004		Total de acessos em 2005	
	Ao Site	À Jurisprudência	Ao Site	À Jurisprudência
Janeiro	15.182.598	3.873.600	20.641.677	7.219.800
Fevereiro	18.378.912	4.904.347	21.670.368	7.603.466
Março	29.377.715	4.750.458	35.391.486	11.450.866
Abril	21.864.121	3.837.556	31.193.784	10.067.875
Maiο	26.825.247	4.640.673	38.291.135	11.068.594
Junho	25.077.450	5.159.330	25.901.638	7.221.074
Julho	17.159.676	4.596.633	31.228.777	10.136.266
Agosto	16.521.308	3.806.062	37.532.812	11.836.176
Setembro	18.776.308	4.032.525	31.035.790	9.644.236
Outubro	26.793.092	4.034.525	36.774.154	11.037.146
Novembro	33.556.616	5.405.831	37.076.633	11.397.174
Dezembro	28.142.420	3.616.927	23.354.827	6.527.862
Total	277.655.463	52.658.467	370.093.081	115.210.535

O número de acessos à página de Jurisprudência representou 25,91% (mais de 1/4) dos 647.748.544 acessos ao site do Superior Tribunal de Justiça, no biênio 2004-2005.

Ministra participou de curso de Pesquisa de Jurisprudência

Três servidores do gabinete da ministra Nancy Andrighi participaram de um curso de Pesquisa de Jurisprudência e a ministra fez questão de integrar-se à turma para atualizar-se com o sistema e as ferramentas de pesquisa.

Em 2004, 24 servidores foram capacitados para a pesquisa de informações jurisprudenciais e habilitados a utilizar as ferramentas de pesquisa.

Em 2005, por iniciativa da Seção de Apoio e Divulgação (Se-adv), com o apoio da Secretaria de Recursos Humanos, foram realizados cursos de Pesquisa de Jurisprudência para cinco turmas e treinados 55 servidores do STJ e 14 estudantes da Fundação Getúlio Vargas. Nesse total de pesquisadores treinados, estão incluídos os servidores do gabinete da ministra Nancy Andrighi.

Revisão do Resumo Estruturado e do Tesouro

Uma comissão de estudos foi constituída em fevereiro de 2005, para rever rotinas e procedimentos referentes às atividades desenvolvidas pela Secretaria de Jurisprudência, principalmente em relação ao resumo estruturado e ao tesouro.

Depois de 18 reuniões de debates, em três meses e meio de trabalho, estabeleceu-se o período de 13 a 16 de junho de 2006 para a apresentação dos resultados e a realização de treinamento de servidores e estagiários.

Busca do Tesouro

O vocabulário jurídico, controlado e mantido pela Secretaria de Jurisprudência, foi acrescido de 155 novos termos. Foram tam-

bém alterados ou excluídos 1.357 termos. O tesouro é composto por mais de 11.000 termos distribuídos em todos os ramos do Direito. A página do STJ na internet recebe, em média, 500 visitas por dia.

O tesouro é constantemente atualizado. Somente em 2005 foram feitas 1.610 correções de termos na base de dados. É uma ferramenta bastante solicitada por outras instituições e órgãos públicos, entre eles o Tribunal de Contas da União.

O tesouro, além de ganhar uma seção exclusivamente para gerenciá-lo, mereceu atenção especial da Comissão de Estudos do Resumo Estruturado e do Tesouro, que sugeriu a criação de novos modificadores e optou pela acentuação gráfica dos termos. O objetivo é tornar mais claro o Resumo Estruturado. Como resultado da criação da nova seção, foi possível o estudo e a criação de subcategorias na categoria Direito Ambiental, resultando na alteração de 146 termos do tesouro.

A partir de 2004, desde quando foi instalado, o Consórcio Biblioteca Digital Jurídica (Consórcio BDJur) utiliza o Tesouro Jurídico da Secretaria de Jurisprudência para padronizar a linguagem de alimentação e de recuperação da informação na legislação, doutrina e jurisprudência.

Jurisprudência Comparada

A página no site do STJ de Jurisprudência Comparada (JCOMP) conta com 243 temas, incluindo-se 21 temas inseridos em 2005. Foram atualizados 232 documentos.

Por sugestão da Comissão de Estudos do Resumo Estruturado e do Tesouro, está sendo desenvolvido um projeto de elaboração de um relatório sintético de cada tema trabalhado. Em seguida, o relatório será distribuído aos ministros do STJ. O programa de manutenção foi desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação

e das Comunicações no período de fevereiro a outubro de 2005. Atualmente se encontra em fase de testes.

A implantação definitiva dessa nova etapa da Jurisprudência Comparada deverá ocorrer em 2006.

Capacitação de servidores da Secretaria de Jurisprudência

A capacitação permanente dos servidores é fundamental para o bom desempenho da Secretaria de Jurisprudência. Em 2005 foram realizadas 4.064 horas de treinamento, em parceria com a Secretaria de Recursos Humanos.

Um servidor da Secretaria foi contemplado com uma bolsa para curso de pós-graduação, entre as 40 oferecidas pelo STJ.

Perfil ideal do pesquisador e do analista de Jurisprudência

Foram definidas e colocadas em prática novas regras de recrutamento e ambientação de novos servidores, com vistas a uma melhor seleção com base no perfil exigido para os serviços de análise e de pesquisa.

Além de ser bacharel em direito, estar familiarizado com o ambiente internet, conhecer os processos de recuperação de informações em base de dados e ter domínio de processo civil, este servidor deve comprovar capacidade e habilidades específicas, dependendo da área em que for trabalhar. Para análise, por exemplo, exige-se poder de concentração, gosto por leitura e capacidade de interpretação/compreensão e síntese de textos jurídicos.

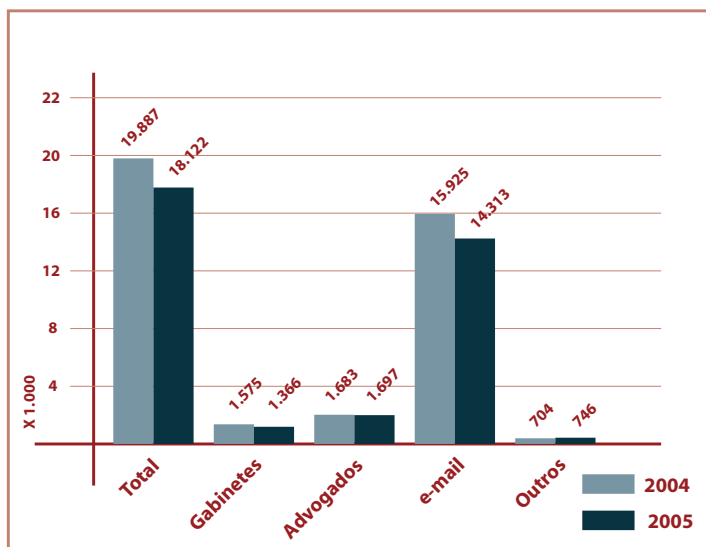
Para atuar como pesquisador são necessários outros requisitos na resposta às consultas por solicitações pessoais, telefone ou e-mail. Entre eles, habilidade para lidar com o público, boa comunicação, equilíbrio emocional, simpatia e boa vontade no atendimento.

Total de Pesquisas Realizadas

Mês	Gabinetes		Advogados		E-mail		Outros		Quantidade de pesquisas	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005
*Janeiro	25	51	67	58	610	731	23	53	725	893
Fevereiro	170	126	113	108	1.009	1.097	35	69	1.327	1.400
Março	156	111	138	162	1.650	1.549	82	69	2.026	1.891
Abril	111	146	142	139	1.174	1.456	55	44	1.482	1.785
Mai	165	142	176	206	1.570	1.271	65	59	1.976	1.678
Junho	156	134	181	190	1.480	1.290	49	101	1.866	1.715
Julho	84	80	125	108	1.047	1.084	89	58	1.345	1.330
Agosto	167	132	172	186	1.820	1.413	49	85	2.208	1.816
Setembro	149	133	149	190	1.749	1.525	121	56	2.168	1.904
Outubro	126	129	164	152	1.506	1.214	68	65	1.864	1.560
Novembro	189	132	186	118	1.567	1.128	46	62	1.988	1.440
Dezembro	77	50	70	80	743	555	22	25	912	710
Total	1.575	1.366	1.683	1.697	15.925	14.313	704	746	19.887	18.122

Nota explicativa: Os meses de janeiro, julho e dezembro são considerados atípicos, em virtude do recesso regimental e das férias coletivas dos ministros.

Quadro Comparativo de Pesquisas, por ano



Mais conhecimento dos serviços da Secretaria de Jurisprudência

Com a criação da Seção de Apoio e Divulgação (Seadiv), a disseminação de informações está sendo intensificada. Foram iniciados, por exemplo, os entendimentos com a Escola de Administração Judiciária (Associação dos Servidores do STJ – ASSTJ), em parceria com a Secretaria de Recursos Humanos para a realização de um curso de jurisprudência para advogados.

Em seguida, deverá ser promovido um curso para juízes.

Relatório sintético da Jurisprudência Comparada

Iniciado em 2005, o projeto do Relatório Sintético deverá ser implantado ainda em 2006.

Esse documento pretende ser uma síntese dos temas de jurisprudência comparada mais relevantes, estudados pela Seção de Análise Comparativa, com a finalidade de auxiliar os ministros do STJ nas sessões de julgamento.

Projeto Jurisprudência em Destaque

Por meio deste projeto, pretende-se divulgar na internet os 10 julgados mais relevantes de cada ministro do STJ, ativo ou inativo. Esses julgados serão indicados pelos ministros que tiverem interesse em divulgá-los em uma página específica no site do STJ.

Tutorial interativo de Pesquisa de Jurisprudência

Encontra-se em desenvolvimento o tutorial, um aplicativo que esclarecerá dúvidas dos usuários sobre o “que” e “como” pesquisar na intranet e internet.

O tutorial deverá abranger uma gama de perguntas e respostas sobre possíveis dúvidas e assim contribuirá para o aperfeiçoamento da elaboração e execução das pesquisas.

Articulação com o Congresso Nacional

A Assessoria de Assuntos Parlamentares, vinculada ao Gabinete da Presidência, atuou na articulação institucional das matérias legislativas em tramitação na Câmara dos Deputados, Senado Federal e Congresso Nacional.

No período entre 2004 a 2006, a Assessoria de Assuntos Parlamentares apoiou o ministro presidente Edson Vidigal em audiências com parlamentares no Superior Tribunal de Justiça e nas audiências públicas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, assim como no encaminhamento de ofícios aos presidentes das Comissões de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado sobre as propostas do STJ e do Conselho da Justiça Federal nas emendas ao Orçamento Geral da União de 2006.

Emenda Constitucional nº 45

Acompanhamento da tramitação do Projeto de Emenda Constitucional – PEC nº 29/2000, que tratava da Reforma do Poder Judiciário. A tramitação dessa proposta foi debatida no âmbito do STJ sob a coordenação do ministro presidente Edson Vidigal, que também coordenou as discussões junto ao Congresso Nacional. Uma vez promulgada a Emenda Constitucional – EC nº 45/2005, o Senado Federal sistematizou as matérias não incluídas na aprovação do projeto sob o número 29-A, para efeito de nova tramitação. Esse projeto de Emenda Constitucional agora tramita na Câmara dos Deputados sob o número 358/2005.

Lei Orçamentária Anual 2005 – PLN 51/04

O Projeto de Lei do Congresso – PLN 51/04 – assim nomeado porque tramita na Câmara dos Deputados e no Senado Federal

– define as dotações orçamentárias para o STJ, constituindo-se peça fundamental para o bom desempenho da gestão 2004-2006 no STJ. No exercício de 2004, foi sugerida a apresentação de emendas para inclusão adicional de recursos junto ao Congresso Nacional. A Lei Orçamentária Anual foi sancionada sob o nº 11.100/2005.

Gratificação de Atividade Judiciária

Foi feita a análise e o acompanhamento da tramitação e dos debates do Projeto de Lei – PLC 54/2004 – originário da Câmara dos Deputados que tratava do aumento da Gratificação de Atividade Judiciária. A matéria teve tramitação bem sucedida e resultou na sanção da Lei nº 10.944/2004, que elevou em 30% o vencimento básico dos servidores.

Reforma do Judiciário - Emenda Constitucional PEC 358/05

Foi realizada audiência pública com a presença do ministro presidente Edson Vidigal. Em seguida, a matéria foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e criada Comissão Especial, tendo como relator o deputado Paes Landim. No dia 2 de fevereiro de 2005, o ministro presidente Edson Vidigal compareceu novamente à Câmara dos Deputados para, em nova audiência pública, manifestar-se sobre o posicionamento do STJ no contexto dessa matéria constitucional.

Projeto de Emenda Constitucional – PEC 457/05

Originário da Câmara dos Deputados sob o número 42/03, o projeto de emenda altera dispositivos da Constituição Federal relativos aos limites de idade para a nomeação de magistrados e ministros para Tribunais Superiores e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral. A matéria já foi aprovada na Comissão

de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, sendo criada Comissão Especial.

Projeto de Lei - PL 5829/05

Formulado pelo ministro presidente Edson Vidigal, trata da criação de 400 varas federais destinadas à interiorização da Justiça Federal de 1º grau.

Projeto de Lei - PL 5845/05

Dispõe sobre a carreira dos servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências. O assunto é relevante para o conjunto de servidores do STJ e da Justiça Federal.

Projeto de Lei - PL 7316/02

Disciplina o uso de assinaturas eletrônicas e a prestação de serviços de certificação. Está aguardando a apreciação do substitutivo apresentado pelo relator na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Essa matéria é fundamental para o processo de modernização tecnológica do STJ e da Justiça Federal.

Projeto de Lei - PLC 71/02

Originário da Câmara dos Deputados, dispõe sobre a informatização do processo judicial e dá outras providências. A matéria foi aprovada no Plenário do Senado em 7 de dezembro de 2005, tendo sido encaminhada à Câmara dos Deputados em 15 de dezembro de 2005. Esse projeto de lei integra as ações de modernização do STJ e da Justiça Federal, alinhadas às orientações estratégicas da gestão do ministro presidente Edson Vidigal.

Projeto de Lei – PLC 116/2005

Originário da Câmara dos Deputados – PL 4726/04 – altera os artigos 112, 114, 154, 219, 253, 305, 322, 338, 489 e 555 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (relativos à incompetência relativa, meios eletrônicos, prescrição, distribuição por dependências, exceção de incompetência, revelia, carta precatória e rogatória, ação rescisória e vista dos autos) e revoga o artigo 194 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil. Está aguardando designação do relator na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Essa matéria faz parte das alterações da legislação infraconstitucional. É de máxima relevância para o STJ e todo o Poder Judiciário.

Projeto de Lei do Congresso – PLN 04/05

Lei de Diretrizes Orçamentárias 2006. A matéria foi aprovada.

Projeto de Lei do Congresso – PLN 40/05

Lei Orçamentária Anual 2006. O relatório setorial “Área Temática I” – “Poderes do Estado” foi aprovado com a inclusão de emendas adicionais de dotação em favor do STJ e do Conselho da Justiça Federal. Na fase atual de tramitação, aguarda-se a votação do Orçamento Geral da União de 2006.

Projeto de Lei do Congresso – PLN 41/05

Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2004 a 2007.

Audiências com o ministro presidente Edson Vidigal no STJ

Audiência no STJ em 17 de maio de 2005 com o deputado federal Maurício Rands (PT, Pernambuco), para tratar sobre a tramitação do projeto de lei – PL 7.316/2002 – que trata da implementação do processo eletrônico no Poder Judiciário.

Audiência no STJ em 14 de setembro de 2005 com a senadora Serys Slhessarenko (PT, Mato Grosso), relatora do projeto de lei originário da Câmara dos Deputados – PLC 71/2002 – que trata da informatização do processo judicial.

Audiência no STJ em 4 de outubro de 2005 com o deputado federal Henrique Eduardo Alves (PMDB, Rio Grande do Norte), presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara, quando foram discutidos temas relativos à tramitação do projeto de lei – PL 5.829/05, que trata da criação de 400 varas federais.

Audiência no STJ em 18 de outubro de 2005 com a senadora Lúcia Vânia (PSDB, Goiás), relatora setorial da “Área Temática 1” – “Poderes do Estado”, para tratar de assuntos referentes ao Orçamento Geral da União, quando foram expostas as propostas do STJ e do Conselho da Justiça Federal. O ministro presidente Edson Vidigal informou a senadora Lúcia Vânia sobre as emendas enviadas às Comissões de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Audiências do ministro presidente na Câmara dos Deputados

O ministro presidente Edson Vidigal participou de audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados no dia 14 de abril de 2005, quando foram debatidos aspectos sobre a tramitação do projeto de emenda constitucional – PEC

358/2005 – que trata da reforma do Poder Judiciário. No dia 2 de fevereiro de 2006, o ministro presidente Edson Vidigal retornou à Câmara dos Deputados, em audiência pública, para debater novamente esse projeto.

Audiência na Câmara dos Deputados, no dia 27 de setembro de 2005, com o deputado Antônio Carlos Biscaia (PT, Rio de Janeiro), presidente da Comissão de Constituição e Justiça, quando o ministro presidente Edson Vidigal apresentou as propostas do STJ e do Conselho da Justiça Federal relativas à emenda a ser apresentada pela Comissão ao Orçamento Geral da União de 2006.

Audiência do ministro presidente no Senado Federal

Audiência no Senado Federal, em 6 de outubro de 2005, com o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL, Bahia), presidente da Comissão de Constituição e Justiça no Senado. O ministro presidente Edson Vidigal apresentou as propostas do STJ e do Conselho da Justiça Federal referentes à emenda a ser apresentada pela Comissão ao Orçamento Geral da União de 2006.

Relações Internacionais

As atividades da Assessoria de Relações Internacionais tiveram início logo após a posse do ministro presidente Edson Vidigal, em 5 de abril de 2004, então vinculada ao Gabinete da Presidência.

A partir de 1º de julho de 2005, essa assessoria foi integrada à Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas, que passou a ser denominada Assessoria de Cerimonial, Relações Públicas e Internacionais.

Está previsto que o STJ sediará, em Brasília, a sessão extraordinária da Corte Interamericana de Direitos Humanos no período entre 27 e 31 de março de 2006.

A Corte é o órgão judicial que compõe o Sistema de Proteção aos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), mas não recebe, diretamente, denúncias de violações dos Direitos Humanos. Os casos são levados à apreciação da Corte por intermédio da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, com sede em Washington, nos Estados Unidos.

As sessões de audiências dessa Corte Interamericana serão realizadas em cooperação com a Presidência da República e com o Ministério das Relações Exteriores.

Audiências

6 de abril de 2004

Ministro da Justiça de Cuba, senhor Roberto Diaz Sotolongo, e embaixador de Cuba, senhor Pedro Juan Mosqueira.

19 de agosto

Vice-ministro das Relações Exteriores da Nicarágua, senhor Mauricio Herdocia Sacasa.

25 de agosto

Presidente da Corte Suprema de Justiça da República do Paraguai, senhor Víctor Manuel Nuñez Rodríguez.

26 de agosto

Presidente do Tribunal Constitucional do Chile, senhor Juan Colombo Campbell, acompanhado do vice-presidente emérito da Corte Constitucional Italiana e professor da Universidade Livre Maria Santíssima da Assunção (LUMSA/Roma), Massimo Vari.

28 de setembro

Presidente da Corte de Cassação da França, senhor Guy Canivet, com a presidente do Ministério Público da Justiça da França, senhora Brigitte Maurin, com o adido de Cooperação da Embaixada da França, senhor Alan Siberchicot, e com o coordenador-geral do Conselho da Justiça Federal, ministro Ari Pargendler.

25 de outubro

Audiência com o relator especial da ONU sobre Independência de Juízes e de Advogados, senhor Leandro Despouy.

22 de novembro

Audiência com o presidente da Comissão Australiana de Reforma do Judiciário, senhor David Weisbrot, com o consultor Internacional de Justiça do Banco Mundial, senhor Robert Sherwood, e com a presidente do Instituto Nacional de Qualidade Judiciária, senhora Elizabeth Leão.

7 de dezembro

Audiência com o embaixador britânico, senhor Peter Collecott.

17 de março de 2005

Embaixador da Itália, Senhor Michele Valensise.

No encontro, o ministro presidente Edson Vidigal discutiu assuntos relativos à lavagem de dinheiro e a um possível encontro com embaixadores acreditados do Brasil, da Europa e da América Latina, para tratarem de temas afetos a todos, como, por exemplo, crimes ligados ao tráfico com fins sexuais; além de carta rogatória envolvendo cidadão italiano.

15 de julho

Missão do Comitê das Nações Unidas contra a Tortura (CAT) ao Brasil

O Governo brasileiro aceitou pedido de visita do CAT em caráter confidencial. O CAT é um órgão que monitora a implementação da Convenção contra Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes, assinada no dia 23 de setembro de 1985 e ratificada pelo Estado brasileiro em 28 de setembro de 1989.

Objetivo da visita: constatar a existência ou não de prática sistemática de tortura no país. Foram realizadas audiências com autoridades federais e estaduais e de ONGs e visitas não-anunciadas a penitenciárias, delegacias de polícia e instituições para adolescentes em conflito com a lei, em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador.

Participaram da missão: Fernando Mariño, Olé Vedel Rasmussen e Cláudio Grossman (membros do Comitê); Mercedes Morales, Marina Narvaez e Jane Connors (funcionárias da ONU); Andrew Brooks e Simone Troula (intérpretes).

19 de julho

Adido de Cooperação da França, senhor Alain Siberchicot.

Discutidos aspectos logísticos do Seminário Franco-Brasileiro sobre Segurança Jurídica.

15 de agosto

Presidente da Escola Nacional da Magistratura da França, senhor Philippe Darrieux.

Representando o presidente do STJ, a ministra Eliana Calmon recebeu o senhor Philippe Darrieux, para troca de experiências e o compromisso de fortalecer os laços de cooperação entre as duas instituições. O senhor Darrieux transmitiu convite para uma visita à Escola Nacional da Magistratura da França.

3 de novembro

Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

O ministro presidente Edson Vidigal recebeu membros da CIDH e funcionários do Ministério das Relações Exteriores e da Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria-Geral da Presidência da República, para discutir os preparativos da sessão extraordinária daquela Corte no Brasil.

4 de novembro

Reunião com organizadores do Seminário sobre Tortura.

O ministro presidente Edson Vidigal recebeu membros da Embaixada Britânica e do Conselho Britânico, além de funcionários da Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria-Geral da Presidência da República.

22 de novembro

Embaixador do Canadá, senhor Guillermo Rishchynski.

O encontro propiciou troca de informações sobre os sistemas judiciários do Brasil e do Canadá e evidenciou o interesse recíproco de ampliação de intercâmbio.

23 de novembro

Almoço com empresários espanhóis.

Local: São Paulo

O ministro presidente Edson Vidigal participou de almoço com empresários espanhóis, interessados no intercâmbio de impressões e experiências e no incentivo da comunicação entre os investidores espanhóis e a Justiça brasileira.

19 de dezembro

Audiência com a representante especial do Secretário-Geral da ONU para Defensores de Direitos Humanos, senhora Hina Jilani.

O ministro presidente Edson Vidigal discutiu o papel e os desafios da Justiça relacionados à proteção dos Direitos Humanos: a necessidade de aprimoramento do sistema penitenciário; os esforços para prestigiar as minorias no sistema educacional brasileiro; e o papel do STJ no processo de interiorização da Justiça por meio da criação de Varas Federais.

Eventos

3 a 5 de maio de 2004

V Reunião Preparatória da VIII Cúpula Ibero-americana de Presidentes de Cortes Supremas e Supremos Tribunais de Justiça e IV Encontro de Presidentes de Conselhos da Magistratura

Local: La Antigua - Guatemala

Por designação do ministro presidente Edson Vidigal, a Assessoria de Relações Internacionais participou da V Reunião de Cúpulas – Encontros.

Os resultados foram apresentados em junho de 2004, por ocasião do Encontro dos Presidentes de Cortes Supremas e Conselhos de Justiça, ocorrido em Honduras e em El Salvador.

6 a 9 de junho

Fórum Global de Juízes 2004/ Fórum de Insolvência Latino-Americano

Local: Rio de Janeiro – Brasil

O evento integra os foros globais e regionais do Banco Mundial destinados a promover o diálogo internacional sobre as melhores práticas nas áreas de insolvência e de direitos dos credores.

O Superior Tribunal de Justiça foi representado pelo ministro presidente Edson Vidigal.

9 a 11 de junho

II Encontro Internacional Justiça e Direito 2004

Local: Havana – Cuba

O ministro presidente Edson Vidigal participou do evento.

20 a 25 de junho

VIII Cúpula Ibero-Americana de Presidentes de Cortes Supremas e Tribunais Supremos de Justiça e do IV Encontro Ibero-Americano de Conselhos da Magistratura

Locais: Copán – Honduras; San Salvador – El Salvador

O ministro presidente Edson Vidigal participou dos eventos que, no início, ocorriam separadamente. Durante as reuniões de Honduras e El Salvador foi concretizada a fusão, denominada Cúpula Judicial Ibero-Americana.

11 de agosto

Ato de entrega do Palácio de Justiça da Corte Superior do Distrito de Pando

Local: Cobija – Bolívia

O ministro presidente Edson Vidigal compareceu à inauguração, a convite da Presidência da Corte Suprema de Justiça da Bolívia.

27 de setembro

Seminário sobre o Bicentenário do Código Civil Francês

Local: STJ – Brasília

O ministro presidente Edson Vidigal fez a conferência de abertura do seminário, organizado pelo Conselho da Justiça Federal.

27 a 28 de outubro

Conferência extraordinária dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países de Língua Portuguesa

Local: Lisboa – Portugal

O ministro Raphael de Barros Monteiro Filho representou o STJ por designação do ministro presidente Edson Vidigal.

27 a 29 de outubro

Reunião Constitutiva da Rede Ibero-americana de Cooperação Judicial

Local: Cartagena de Índias – Colômbia

O ministro Humberto Gomes de Barros representou o STJ por designação do ministro presidente Edson Vidigal.

2 a 5 de novembro

II Study Tour sobre a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Internacional e contra a Corrupção

Local: Lisboa – Portugal

O ministro Hamilton Carvalhido representou o STJ por designação do ministro presidente Edson Vidigal no evento – uma organização conjunta do Escritório da ONU contra Drogas e Crime (UNDOC) e do Ministério da Justiça de Portugal/Gabinete para as Relações Internacionais Europeias e de Cooperação (GRIEC).

2 a 5 de novembro

IX Congresso Internacional do CLAD sobre Reforma do Estado e da Administração Pública

Local: Madri – Espanha

O ministro presidente Edson Vidigal participou do evento, organizado pelo Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD).

15 a 16 de novembro

Fórum Global de Juízes 2004

Local: Washington, DC – Estados Unidos

O ministro Antônio de Pádua Ribeiro representou o STJ por designação do ministro presidente Edson Vidigal.

22 a 30 de novembro

Encontro de Informação e Documentação Judicial da Ibero-América

Local: San Sebastian – Espanha

O ministro Cesar Asfor Rocha participou do encontro por designação do ministro presidente Edson Vidigal.

25 a 26 de novembro

II Seminário Interamericano sobre Gênero e Justiça

Local: San Pedro Sula – Honduras

A ministra Eliana Calmon representou o STJ por designação do ministro presidente Edson Vidigal.

25 a 26 de novembro

I Encontro sobre Reforma Judiciária na América do Sul

Local: STJ - Brasília

Realizado em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, o evento foi o ponto de partida para a formação de um bloco do Judiciário Sul-Americano.

6 a 10 de dezembro

Armas de Fogo na América Latina e Caribe: Curso para Formação de Redes de ONGs e Parlamentares

Local: STJ - Brasília

Em parceria com o Centro Regional das Nações Unidas para a Paz, o Desarmamento e o Desenvolvimento da América Latina e Caribe (UN-LIREC/ONU), o STJ dispôs sua estrutura física para a realização do curso.

8 a 10 de março de 2005

I Reunião Preparatória de Coordenadores - XIII Cumbre Judicial Iberoamericana

Local: Santa Cruz de La Sierra – Bolívia

Por designação do ministro presidente Edson Vidigal, a Assessoria de Relações Internacionais participou desse primeiro encontro da Cúpula Judicial Ibero-americana. Temas abordados: Ética Judicial; E-justiça: A Justiça na Sociedade do Conhecimento; Observatório Ibero-Americano de Independência Judicial; e Estudo de Direito Comparado sobre os Conselhos da Magistratura Ibero-Americanos.

12 a 13 de março

VI Colóquio Judiciário Multinacional

Local: Sydney – Austrália

Objetivos: analisar e discutir importantes casos de direito comercial entre países que tenham ocorrido desde o último colóquio; estudar as maneiras com as quais juízes e cortes têm respondido aos desafios da reestruturação global e falência.

O ministro presidente Edson Vidigal participou do evento. Em discurso ao final citou a nova Lei de Falências e reafirmou o esforço do Brasil em garantir segurança jurídica aos investidores e em combater a morosidade do Judiciário, ampliando sua transparência.

18 a 19 de abril

IX Jornada IBEAM (Ibero Americana de Propriedade Industrial e Intelectual). Dez anos de ADPIC (Aspectos do Direito de Propriedade Intelectual) – Experiências sobre sua implementação e análise de seu impacto na América Latina e Europa

Local: Santa Cruz de la Sierra – Bolívia

Objetivo: criar um fórum para que atores e peritos na matéria de diferentes instituições e disciplinas latino-americanas, troquem conhecimentos e experiências relacionadas à implementação e ao impacto do ADPIC, visando à melhoria dos sistemas de propriedade intelectual a serviço do desenvolvimento econômico. O ministro presidente Edson Vidigal compareceu ao evento.

4 a 5 de maio

I Seminário Franco Brasileiro sobre os Desafios do Combate à Contrafação

Local: Embaixada da França – Brasília

Participação: diversas autoridades no assunto dos setores público e privado.

Temas discutidos: A Contrafação no Mundo, um Desafio Mundial; As Campanhas de Sensibilização do Público: Como Ser Eficiente?; Meios de Proteção dos Produtos; A Experiência da Confederação Nacional da Indústria; O Papel das Autoridades Repressivas Brasileiras e Francesas; Meios de Reforçar o Combate à Contrafação.

4 a 5 de maio

I Reunião de Peritos – XIII Cumbre Judicial Iberoamericana

Local: La Antigua – Guatemala

Discussões sobre temas relativos à Justiça que devem ser aprovados pelos presidentes de Cortes Supremas de Justiça e Conselhos Nacionais da Magistratura, na 13ª edição da Cúpula Judicial.

O ministro presidente Edson Vidigal designou o secretário de Informática do Conselho da Justiça Federal, senhor Francisco Paulo Lopes, para participar do evento.

4 a 6 de maio

I Reunião de Pontos de Contato da IberRed

Local: La Antigua – Guatemala

O ministro Humberto Gomes de Barros foi designado pelo ministro presidente Edson Vidigal para comparecer ao evento. A delegação brasileira também foi integrada por representantes do Ministério da Justiça e da Procuradoria-Geral da República.

16 a 17 de maio

Conferência World Trade Organization (WTO) at 10 - A Look at the Appellate Body

Local: São Paulo

A Assessoria de Relações Internacionais foi designada para comparecer ao evento.

7 a 10 de junho

IV Fórum Global de Combate à Corrupção

Local: Blue Tree Park Hotel – Brasília

O ministro presidente Edson Vidigal participou da cerimônia de abertura do evento. Presentes o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Justiça, senhor Márcio Thomaz Bastos, e o ministro do Controle e da Transparência, senhor Waldir Pires.

27 a 29 de julho

O ministro Gilson Dipp foi convidado pelo ministro Thomaz Bastos para integrar a delegação brasileira no encontro sobre Cooperação Jurídica em Matéria Penal, na Espanha.

Local: Madri

7 a 11 de setembro

Seminário sobre Planos Privados de Saúde

Local: Santiago – Chile

Participação do ministro presidente Edson Vidigal e de ministros do STJ.

19 a 21 de setembro

Seminário Franco-Brasileiro sobre Segurança Jurídica

Local: Paris – França

Tema: Olhares Cruzados sobre a Segurança Jurídica.

Participações pelo lado brasileiro: ministro presidente Edson Vidigal; ministro do Supremo Tribunal Federal Eros Grau; subprocurador-

geral da República Rodrigo Janot Monteiro de Barros; secretário Nacional da Reforma do Judiciário, senhor Píer Paolo Bottini.

Evento idealizado pelo ministro Edson Vidigal – com o convite formulado pelo primeiro presidente da Corte de Cassação da França, senhor Guy Canivet – e inserido no marco das comemorações do Ano do Brasil na França.

21 a 22 de setembro

II Reunião Preparatória - XIII Cumbre Judicial Iberoamericana

Local: Cartagena de Índias – Colômbia

Continuidade aos trabalhos iniciados em La Antigua, em maio de 2005. Temas debatidos: Ética Judicial; e-Justiça e Observatório Judicial Ibero-americano. O senhor Francisco Paulo Lopes participou como perito do grupo de trabalho e-Justiça.

5 a 6 de outubro

III Seminário Interamericano sobre Gestão Judicial: Modelo de Gestão de Despachos Judiciais

Local: Manágua – Nicarágua

Objetivo: analisar experiências e lições aprendidas na implementação e operação dos aspectos substanciais dos Modelos de Gestão de Despachos e sua sustentabilidade com relação a aspectos organizacionais, funcionais, econômicos e culturais.

Convidados: representantes dos poderes judiciais das Américas; altos funcionários das unidades administrativas dos tribunais; consultores em temas de gestão e funcionários de agências de cooperação internacional. A secretária-geral da Presidência do STJ, senhora Shyrlei de Lima, e a secretária Judiciária do STJ, senhora Rosângela Silva, apresentaram o Sistema ISO implantado nesta Corte.

12 a 14 de outubro

I Congresso Ibero-americano e IX Congresso Nacional de Capacitação Judicial

Local: Córdoba – Argentina

O ministro presidente Edson Vidigal participou dos dois encontros e obteve dos magistrados argentinos o compromisso de trocar experiências para a criação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

Ao término do IX Congresso Nacional de Capacitação Judicial, o presidente do Tribunal Superior de Justiça argentino, Luis Enrique Rubio, entregou ao ministro Vidigal ofício reiterando o interesse de intercâmbio com o Judiciário brasileiro em questões de interesse dos dois países.

O evento foi promovido pelo Tribunal Superior de Justiça da Província de Córdoba e pelo Centro de Capacitação Ricardo C. Núñez.

25 a 27 de outubro

VI Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Território de Língua Portuguesa

Local: STJ – Brasília

Tema: Capacitação dos Magistrados, com debates sobre necessidades e dificuldades das cortes na tarefa de capacitar seus membros.

Participantes: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, Região Administrativa Especial de Macau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Objetivos: troca de experiências e de cooperação técnica e acadêmica; tentativa de harmonizar métodos e objetivos com o intuito

de qualificar magistrados; fortalecimento dos entendimentos entre tribunais superiores em prol da estabilidade e segurança da Justiça nos nove países membros.

2 a 4 de novembro

II Reunião Preparatória - XIII Cumbre Judicial Iberoamericana

Local: Cartagena – Colômbia

O ministro Fernando Gonçalves foi designado para participar do evento. Temas discutidos: Poderes Públicos na Sociedade da Informação; A e-Administração; Estratégias para a Administração Eletrônica; A e-Justiça.

20 a 22 de novembro

III Encontro de Supremos Tribunais de Justiça do Mercosul

Local: Brasília (STF)

O ministro presidente Edson Vidigal participou da abertura do encontro, que institucionalizou o Fórum Permanente de Cortes Supremas do Mercosul para tratar das questões jurídicas voltadas à integração latino-americana.

O encontro foi resultado das decisões fixadas na Carta de Brasília, assinada em novembro de 2004 pelos presidentes e representantes das altas instituições judiciárias dos países-membros.

Participações: presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros; secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães; presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul, Eduardo Duhalde; magistrados do Equador, Marrocos, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile e Áustria; a magistrada María de las Mercedes B. G. de Arabel e o presidente do Superior Tribunal de Justiça de Córdoba, senhor Luis Enrique Rubio.

24 a 26 de novembro

III Encontro Nacional do Conselho Superior da Magistratura: A Magistratura entre a Globalização e a Pós-Modernidade

Local: Santa Marta – Colômbia

Objetivo: analisar e estudar experiências da Colômbia e dos países representados sobre o papel da magistratura no século XXI, suas conquistas, dificuldades e perspectivas, a fim de identificar possibilidades para o fortalecimento da Justiça e de seus operadores.

Convidados especiais: ministro presidente Edson Vidigal; senhor Luis Enrique Pereira, conselheiro da Magistratura da Argentina; senhor Nelson Troconis Paerilli, juiz superior Penal da Venezuela; senhora Claire d’Urso, assistente técnica do setor Justiça da Embaixada da França na Colômbia.

1 a 2 de dezembro

Seminário: Construindo uma Política Nacional de Enfrentamento à Tortura

Local: STJ – Brasília

O seminário integrou o calendário de atividades da Semana Nacional de Direitos Humanos e foi inaugurado simultaneamente com o lançamento do Plano Nacional de Enfrentamento e Prevenção à Tortura e do Projeto de Combate à Tortura. Foi organizado em parceria com a Embaixada Britânica, a Subsecretaria de Direitos Humanos e o British Council. Apoio institucional do Superior Tribunal de Justiça.

Cooperação Internacional

IberRED

Local: STJ

Data do pedido: 7 de junho de 2005

Primeira solicitação de cooperação por parte de autoridade estrangeira ao STJ – no caso, espanhola: transferência do apenado Mikel Ibáñez de Garayo Lezamiz.

O STJ integra a Rede Ibero-Americana de Cooperação Civil e Penal (IberRED) desde 2004.

Doação de computadores para Guiné Bissau

Local: STJ

Data: 27 de outubro de 2005

Cerimônia realizada no último dia de realização do VI Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Território de Língua Portuguesa, com a presença do ministro presidente Edson Vidigal.

Cooperação com o Tribunal Supremo da República de Moçambique

Local: STJ

Data: 27 de outubro de 2005

O STJ do Brasil e o TS de Moçambique firmaram acordo de cooperação técnica durante a visita do presidente da Corte moçambicana à Brasília, por ocasião do VI Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Territórios de Língua Portuguesa.



Planejamento Estratégico

Em 5 de abril de 2004, ao assumir a Presidência do Superior Tribunal de Justiça, o ministro Edson Vidigal, adotou um novo modelo de gestão baseado na agilidade, transparência, inovação tecnológica, criatividade e qualidade no trabalho, com o intuito de alterar padrões de comportamento administrativo e garantir maior participação e motivação dos colaboradores.

A elaboração do plano partiu da visão de futuro do STJ, que representa a busca da Casa segundo a definição: “Ser reconhecido pela sociedade como o Tribunal da Cidadania, modelo na garantia de uma justiça célere, acessível e efetiva.”

Quatro grandes estratégias foram definidas.

1. Garantir prestação jurisdicional efetiva e transparente

Direcionar o Tribunal para atender demandas da sociedade com eficiência e de forma transparente levou-o a investir em recursos humanos e infra-estrutura. Foram providos os recursos orçamentários necessários ao cumprimento das metas, otimizando sua aplicação, investindo na capacitação de servidores e gestores, aperfeiçoando competências, estimulando o auto-desenvolvimento e oferecendo as condições adequadas de infra-estrutura e bom ambiente de trabalho como base para os resultados positivos.

2. Agilizar a prestação jurisdicional

Foi necessário racionalizar, uniformizar e informatizar os processos de trabalho para resultar em um Tribunal menos congestionado e com uma jurisprudência mais consistente para os operadores do Direito.

3. Aproximar o STJ da sociedade

Abriram-se novos canais de comunicação com a sociedade no atendimento de qualidade ao usuário dos serviços da Justiça. A prestação de serviço em linguagem clara – de ordem jurídica, processual ou de outra natureza – facilitou a percepção do público quanto à instituição. Ações voltadas à valorização da cidadania e à gestão ambiental no contexto social e profissional foram essenciais a uma maior interação com o cidadão e à imagem do Tribunal.

4. Modernizar o judiciário

Foram efetivadas parcerias com os diversos órgãos do Judiciário e com os demais poderes, identificando e disseminando práticas inovadoras no campo tecnológico e de gestão, para garantir a expansão e a modernização do sistema judiciário.

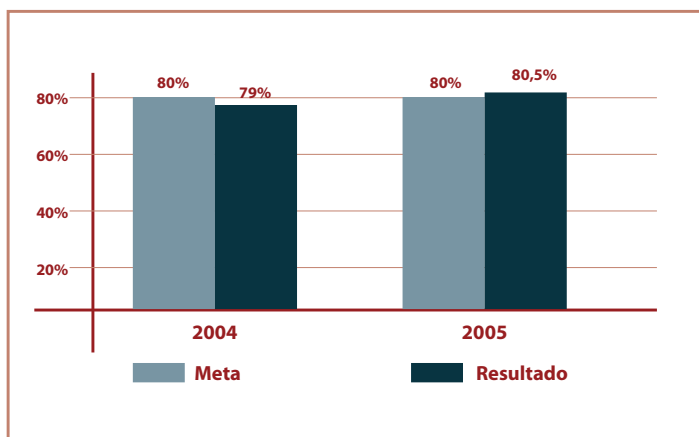
Indicadores de Desempenho e Metas

Em setembro de 2004, o STJ estabeleceu 16 indicadores de desempenho e metas para medir seu desempenho com previsão de serem atingidos até o final da gestão, em abril de 2006.

Garantir prestação jurisdicional efetiva e transparente

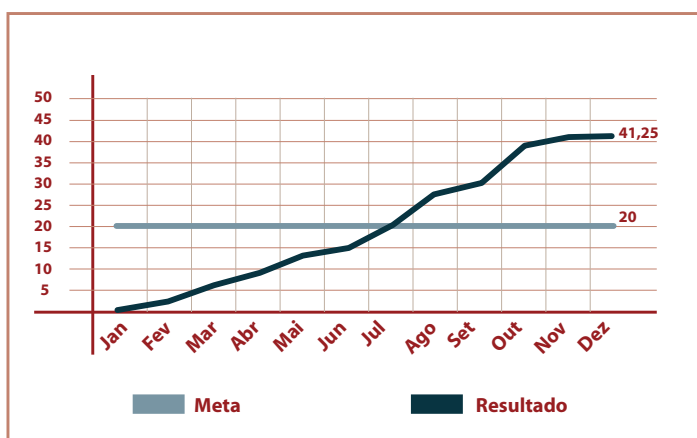
Ações de Treinamento e Desenvolvimento

A meta de obter 80% de impacto das ações de treinamento e desenvolvimento até novembro de 2005 foi bem sucedida: tiveram impacto positivo 80,5% dos treinamentos nas atividades desenvolvidas pelos servidores.



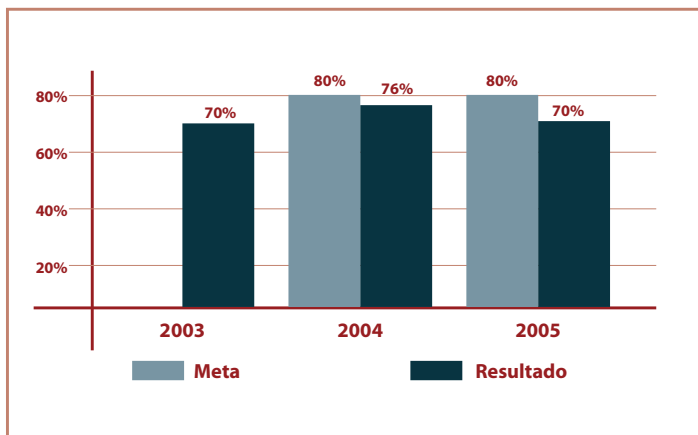
Horas de treinamento por servidor

Pelo segundo ano seguido, o STJ ultrapassou a meta de 20 horas de treinamento por servidor. Em 2005 foram realizadas, em média, 41 horas de capacitação por servidor, ou seja, mais de 104 mil horas de treinamento.



Satisfação do servidor

A meta foi obter 80% de satisfação na pesquisa de clima organizacional até novembro de 2005, quando foi identificada a satisfação de 70% dos servidores em relação ao STJ, nível considerado muito bom, embora aquém da expectativa de excelência. Foram verificadas questões relacionadas à gestão de processos, recursos e condições ambientais, comunicação interna, liderança, motivação, visão sistêmica e relacionamento.



Adequação do orçamento para Projetos Estratégicos

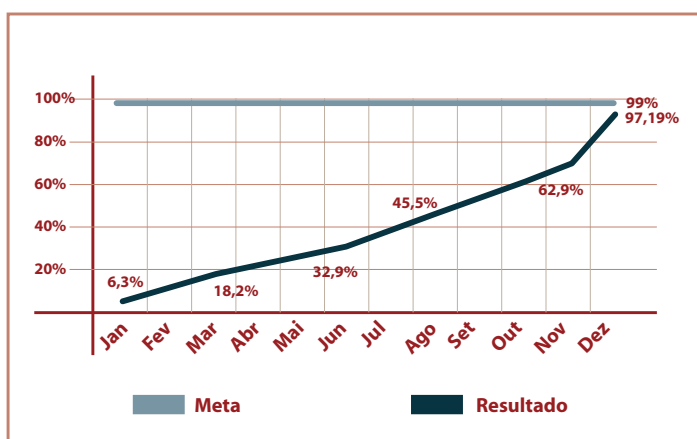
A meta de garantir anualmente 100% de recursos para os projetos estratégicos foi plenamente alcançada. Os 30 projetos foram contemplados. Em 2005, foram destinados mais de R\$ 10 milhões aos projetos prioritários da administração.

Incremento de recursos para investimentos

Proposta em 2005, a meta de aumentar em 5% os recursos para a melhoria de seus serviços e infra-estrutura, só poderá ser mensurada nos exercícios financeiros seguintes.

Aplicação de recursos orçamentários

A execução orçamentária de 2005 foi de 97,17%. Embora abaixo da meta estabelecida (99%), demonstra que a quase totalidade dos recursos foi gasta conforme planejado.



Otimização de recursos financeiros

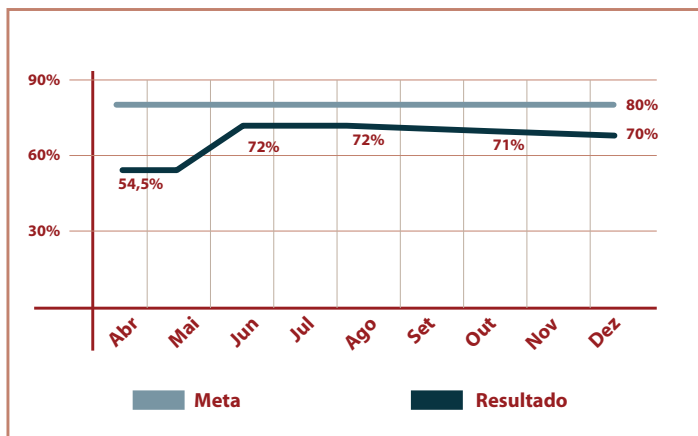
O STJ buscou economizar 3% dos recursos na renovação dos contratos mediante negociação com seus fornecedores. No entanto a deflação no IGP-DI/FGV (usado como parâmetro para a renovação dos contratos), em 2005, reduziu esse índice de otimização dos recursos financeiros. Em dezembro, o índice apurado foi de 2,03%. O valor total economizado foi R\$ 511.333,15.

Agilizar a prestação jurisdicional

Processos recursais tramitados no prazo

A meta foi obter 80% dos recursos tramitando em até 180 dias. Os dados mostram que o trâmite de 70% dos processos está ocorren-

do dentro do prazo estabelecido na meta e que houve melhoria de quase 20% em relação ao dado inicial.

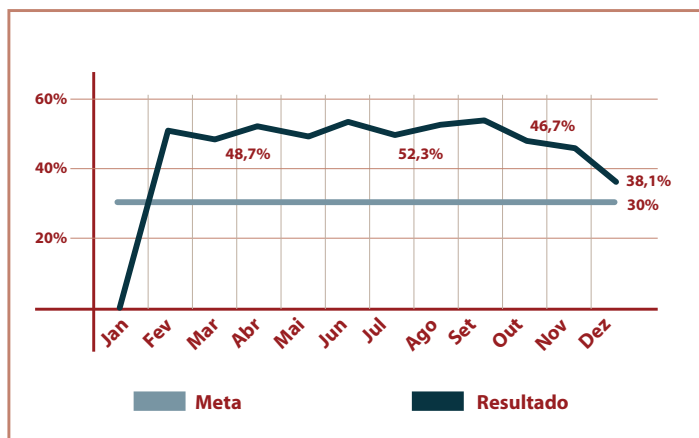


Prazo médio de tramitação dos processos originários

A meta era fazer a tramitação de processos originários em 90 dias em média, até novembro de 2005. A apuração desse indicador depende do incremento nos métodos de mapeamento dos prazos do processo fora do STJ (Supremo Tribunal Federal, Ministério Público). Como essa atualização no procedimento não foi implementada, o indicador e a meta serão revistos.

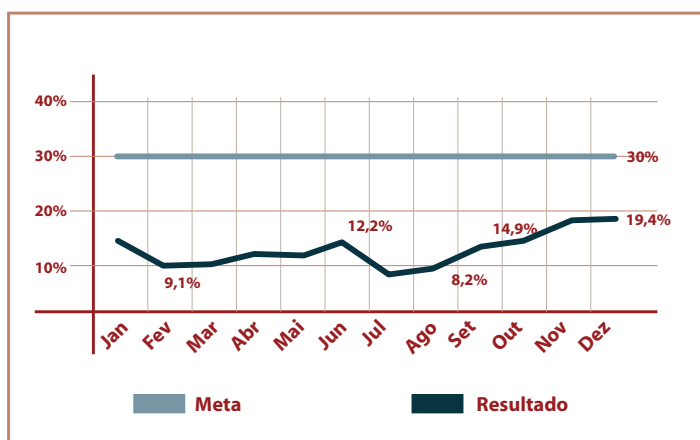
Aumento na produção

Foi superada a meta de aumentar a produção em 30%, se comparada à média dos últimos cinco anos. Em 2005, o STJ julgou 271.428 processos, o que representa aumento de 38% na produção. Esse é um dos principais resultados da gestão 2004-2006, em consequência dos benefícios da boa prestação de serviços jurisdicionais.



Redução dos processos em tramitação

A meta era reduzir em 30% o número de processos em tramitação até novembro de 2005. Considerando a situação inicial, em julho de 2004, quando o quantitativo era de 170 mil processos, houve diminuição de 19,4% no passivo. Mesmo cumprido parcialmente, houve redução de 33 mil processos no Tribunal e projeta-se um cenário positivo no índice de congestionamento para os próximos anos.



Aproximar o STJ da Sociedade

Projetos de cidadania implantados

A meta era a implementação de dois novos projetos de cidadania até novembro de 2005. O primeiro, Voluntariado, foi totalmente implementado. O segundo, Acessibilidade e Inclusão de Idosos e Portadores de Deficiência, foi executado em 70%. A necessidade de obras de adaptação foi maior do que a inicialmente prevista.

Satisfação do usuário

A meta era atingir 90% de satisfação do usuário externo até novembro de 2005. No primeiro semestre, o STJ elevou a satisfação para cerca de 76%, dado referente a mais de 239.568 mil questionários respondidos.

Contribuir para a expansão e modernização do Judiciário

Dados processuais interligados

A meta foi conseguir que 50% dos dados processuais referentes à autuação e produzidos em outros órgãos fossem recebidos por meio eletrônico, beneficiando o STJ e o Judiciário como um todo, com a integração e a padronização de dados. O sistema integrador, totalmente desenvolvido pelo STJ, está funcionando em fase de testes com os Tribunais de Justiça do Distrito Federal, Sergipe e com os Tribunais Regionais Federais da 1ª e da 2ª Região. A meta será mensurada a partir da assinatura de convênios com outros tribunais.

Projetos estratégicos implementados

A meta de implementar 80% dos projetos estratégicos previstos para 2005 foi parcialmente atingida, com 61%. Dos 30 projetos iniciados, 35% foram plenamente executados, outros 34% devem

ser concluídos até o final da gestão, ou seja, até março de 2006, os 22 projetos serão concluídos.

Das 16 metas propostas, cinco foram plenamente alcançadas, oito cumpridas parcialmente e três serão mensuradas em 2006.

A formalização do Planejamento Estratégico ocorreu em setembro de 2004. O ano de 2005 foi o primeiro período real de experiência com metas institucionais.



Superior Tribunal de Justiça

Relatório de Atividades 2004-2006

Gabinete da Presidência

Shyrlei Maria de Lima, Secretária-Geral da Presidência

Secretaria do Tribunal

Alcides Diniz da Silva, Diretor-Geral

Edição

Alceu Nogueira da Gama, Editor

Redação

Alceu Nogueira da Gama, Luiz Adolfo Corrêa Pinheiro,
Maria Angélica Torres Lima

Revisão de Texto

Mari Lúcia Del Fiaco

Programação Visual

Taís Vilela, Coordenação
Virgílio Ataíde, Criação

Fotografia

Jorge Campos, Sandra Fado

Taquigrafia

Valéria Aparecida Soares de Almeida, Simone Cardoso
Fontinele, Jacinto José Vieira

Multimídia

Guilherme Mendonça Tufenkjian

Impresso em março de 2006 na
Coordenadoria de Serviços Gráficos
do Conselho da Justiça Federal